

---

**CAPÍTULO IV**

---

*Trabalho  
Técnicas,  
Práticas e  
Políticas do  
Trabalho  
Operário*

---

---

## ***A Organização Científica do Trabalho na Fábrica de Telha e Tijolo do Arco do Cego:***

ENTRE A MELHORIA DA PRODUTIVIDADE E O DESGASTE DO TRABALHADOR

---

O objecto deste estudo prende-se com uma realidade muitas vezes esquecida, porque desconhecida, que começa, a partir dos anos 30, a marcar profundamente o quotidiano em algumas fábricas. Trata-se da adopção de técnicas de organização científica do trabalho por alguns estabelecimentos portugueses, num processo paulatino que não pode ser comparado, em vigor ou profundidade, com as realidades europeia ou norte-americana, mas que apresenta um impacto muito considerável no quotidiano das fábricas que as implementam, não sendo possível, por conseguinte, estudar de forma completa os processos de industrialização portuguesa no século XX sem abordar esta realidade.

De facto, a introdução de métodos de organização científica do trabalho em alguns sectores produtivos é habitualmente considerada como um marco importante na história de algumas zonas industriais como os Estados Unidos da América, a Europa Central ou o Japão. Porém, na realidade, estes princípios difundiram-se praticamente por todo o mundo industrializado ou em vias de industrialização, tendo ocorrido experiências interessantes também na América do Sul, na Europa Oriental ou nos países periféricos da Europa do Sul, que

começaram de forma mais tardia a ser estudadas pelos investigadores da temática. Neste rol integra-se, igualmente, Portugal, País no qual foram feitas algumas experiências no sentido do estudo e desenvolvimento destes princípios, apesar das investigações nacionais e internacionais sobre o tema não terem ainda apostado de forma concreta na análise da realidade nacional. Como excepção, apresenta-se a investigação por nós realizada no âmbito da dissertação de Mestrado defendida em 2009, na qual foi desenvolvida uma primeira análise da problemática do processo de desenvolvimento da organização científica do trabalho em Portugal durante o século XX<sup>1</sup>.

De facto, segundo o que apurámos no referido estudo, é, em grande medida, no período da I República que surgem em Portugal os primeiros indícios de reflexão em torno da temática, por via de pequenos artigos publicados em alguns periódicos da época que, apesar de não fazerem, nos primeiros anos, referências concretas à organização científica do trabalho, apresentam algumas questões que podemos considerar serem precursoras dos estudos sobre estas doutrinas e evidenciam o reconhecimento por parte de alguns grupos de que a indústria portuguesa se encontrava refém de esquemas de fabrico incorrectos e rotineiros. No entanto, apenas após a I Guerra Mundial começam a surgir as primeiras referências

1 Azevedo, Ana Carina. 2009. «A Organização Científica do Trabalho em Portugal». Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

concretas a estes princípios, quase todas inseridas em publicações de cariz técnico dirigidas a círculos bem definidos, entre os quais se contam os médicos, os engenheiros e os industriais. A primeira referência explícita à organização científica do trabalho encontrada num texto português data de 1917 e é da autoria de Mendes Correia centrando-se na relação entre o Taylorismo e a reeducação profissional dos mutilados de guerra<sup>2</sup>. Muitos outros se seguiriam até ao final dos anos 30. Aos artigos presentes em publicações de carácter técnico ou em periódicos operários, dos quais se destacam as revistas *O Trabalho Nacional*, da Associação Industrial Portuense e *A Batalha*, da Organização Operária Portuguesa, juntam-se, também no período anterior à II Guerra Mundial, algumas obras que fazem já uma análise mais profunda destes princípios, das quais se destacam os contributos de João Camoesas com o artigo «O Taylorismo e a organização científica do trabalho», de 1925 e a obra *O Trabalho Humano*, de 1927 ou de Cunha Leal com a obra *A Técnica e as Transformações Sociais Contemporâneas*, de 1933<sup>3</sup>.

Apesar desta primeira fase de desenvolvimento da organização científica do trabalho ser caracterizada por uma grande componente teórica, surgiram também nos mesmos anos, as primeiras aplicações práticas, não obstante o seu carácter esparso e tímido. Além de certas

2 Mendes Correia. 1917. «Taylorismo e reeducação profissional», in *Separata de Portugal Médico*, Porto, 1917.

3 Camoesas, João. 1925. «O Taylorismo e a organização científica do trabalho», in *Educação Social*, 1925; pp.182–185; Camoesas, João. 1927. *O Trabalho Humano*. Lisboa: Oficina Fernandes e Cunha Leal. 1933. *A Técnica e as transformações sociais contemporâneas*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.

tentativas de racionalização do trabalho que surgem em alguns estabelecimentos produtores ainda durante os primeiros anos do século XX, das quais se destacam a fábrica *Ouizille* de Sesimbra, a *Campos Mello & Irmão, Limitada* e o Arsenal da Marinha, apenas a partir da década de 1920 podemos afirmar estar em presença de um mais concreto processo de desenvolvimento destes princípios no País. A criação do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho em 1928, a participação portuguesa no IV Congresso Internacional de Organização Científica do Trabalho em 1929 e a criação da Comissão Portuguesa de Organização Científica do Trabalho Agrícola em 1930 são marcos desse desenvolvimento, bem como o surgimento de referências à introdução de métodos de organização científica do trabalho em alguns estabelecimentos industriais, tudo isto aliado às menções que apontam para uma crescente influência de algumas firmas de consultadoria organizacional no País, que tinham nas Associações Industriais Portuguesa e Portuense grandes agentes de divulgação.

Porém, o aprofundamento dos estudos e da aplicação dos métodos de organização científica do trabalho em Portugal tem no pós II Guerra Mundial a sua época de maior desenvolvimento. É, de facto, neste período que se dá início ao que podemos considerar como o «segundo tempo» da organização científica do trabalho no País, durante o qual são criados organismos privados e estatais que têm por objectivo difundir os seus princípios que, quase de forma tentacular, passam a ser alvo de estudo a nível industrial, agrícola e administrativo, entre outros. No período anterior, à excepção dos casos já conhecidos da CUF, da CP e das fábricas militares, a organização científica do trabalho desenvolve-se em Portugal de forma lenta. No entanto,

na região de Lisboa, uma fábrica encontrava-se, em 1942, totalmente reorganizada segundo estes princípios. Trata-se da Fábrica de Telha e Tijolo do Arco do Cego, pertencente à Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia que, desde os finais da década de 1920, era conhecida pelos seus modernos métodos de trabalho, que a colocavam na vanguarda de algumas congéneres estrangeiras.

Desta forma e usando como exemplo a realidade desta fábrica, pretendemos lançar um novo olhar em torno das formas de reorganização dos processos de trabalho postas em prática, atentando sobre a dicotomia entre os benefícios em termos de melhoria da produtividade que as mesmas proporcionaram e a clara diminuição da qualidade de trabalho dos operários, que passaram a estar sujeitos a ritmos desgastantes e fisicamente prejudiciais.

A Fábrica de Telha e Tijolo instalada, no início do século XX, na rua do Arco do Cego, n.º16<sup>4</sup>, apresentou um processo de crescimento relativamente acelerado que em muito se deveu ao impulso dado ao sector da construção civil pelos planos de urbanização da capital promovidos, na época, pela Câmara Municipal. Mas além do crescimento físico das instalações, a fábrica iniciou também um processo de organização do trabalho bastante detalhado que promoveu a melhoria significativa da sua produtividade e o aumento dos lucros. Como tal, este processo foi alvo da curiosidade dos seus contemporâneos a ponto de ser

4 A fábrica foi instalada nos terrenos da Quinta da Palmeira de Baixo (antiga Estrada Real), onde o proprietário Sylvain Bessière possuía uma moradia de habitação e onde se encontrava disponível um filão de barro essencial à laboração.

extensamente explanado, em 1942, na separata da revista *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*<sup>5</sup>. O autor, Jaime de Almeida Leitão, refere ter escolhido esta fábrica para alvo das suas observações devido ao «pressentimento de que, os êxitos da companhia, longe de serem obra de sorte ou acaso, deveriam antes ser a consequência lógica da aplicação nas suas fabricas dos métodos racionais de organização do trabalho». E continua referindo que «hoje, não nos resta a menor dúvida de que á aplicação sistemática, tanto quanto as condições do meio o tem permitido, dos Princípios de Taylor na organização do trabalho da Companhia, se devem fundamentalmente os seus êxitos»<sup>6</sup>. De facto, este pressentimento de Jaime Leitão encontrava-se certo. A fábrica de telha e tijolo do Arco do Cego havia encetado um grande processo de reorganização do trabalho segundo os modelos derivados dos estudos de Taylor e apresentava já em 1942 algumas das suas secções organizadas de forma científica, desde o trabalho de extracção da matéria-prima, passando pelo estudo do formato, peso e capacidade das ferramentas, pela sua fabricação de acordo com os resultados obtidos e pelo estudo do processo de fabrico dos produtos, até ao estudo do sistema de remuneração mais adequado.

Analisemos, portando, os principais aspectos da organização do trabalho nesta fábrica.

5 Leitão, Jaime de Almeida. 1942. «Organização Científica do Trabalho no fabrico de telha e de tijolo». in Separata da *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*, Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.

6 *Idem, Ibidem*, p.4.

Em primeiro lugar, é necessário ter em conta que o estudo do trabalho não se encontrava totalmente implementado em todas as secções. O caso do transporte da matéria-prima desde a barreira, local onde era recolhida, até às caves, por exemplo, não foi alvo de imposições quanto à escolha e aperfeiçoamento das ferramentas, nem à correcção e cadência dos movimentos. O único estudo feito neste sentido consistiu no estabelecimento do rendimento a atingir por cada trabalhador, rendimento este que foi estabelecido pela contagem das vagonetas carregadas durante um dia por um bom operário. Como bem exemplifica Jaime de Almeida Leitão, «não se sabe oficialmente qual a distância óptima a que o carregador deve colocar-se da vagoneta para lançar a pázada. Desta forma, cada trabalhador opera como melhor lhe parece, tendo unicamente como obrigação dar determinado rendimento que é medido pelo número de vagonetas carregadas»<sup>7</sup>. Ora, para que este rendimento óptimo fosse determinado, os tempos de trabalho foram amplamente estudados e estabelecidos com toda a precisão. Foi o caso do trajecto das vagonetas desde o piso inferior até às bocas de descarga e do seu transporte até às bocas de descarga dos depósitos. No primeiro caso os tempos de trabalho foram fixados da seguinte forma:

*Cada vagoneta é empurrada por dois homens cuja tarefa diária foi fixada da seguinte forma:*

*Cronometrou-se algumas dezenas de vezes o tempo gasto por um homem marchando normalmente para*

<sup>7</sup> *Idem, Ibidem*, p.14.



*fazer o percurso – cimo da rampa-bôca de descarga e volta. Achou-se a média que representamos por  $t_m$ .*

*Cronometrou-se igualmente algumas dezenas de vezes o tempo gasto por uma equipe considerada boa em despejar a vagoneta na bôca de descarga e pô-la novamente em condições de marcha.*

*Achou-se a média que representamos por  $t^m$ .*

*Obteve-se assim para o tempo médio normal do referido percurso o valor  $t^m = t_m + t^m$ .*

*Cada equipe de dois homens terá que efectuar em oito horas de trabalho  $n' = 8/t_m + t^m$  percursos.*

*É esta a tarefa imposta a cada equipa.»<sup>8</sup>*

*No segundo caso, «a equipe de cada vagoneta é igualmente constituída por dois homens cuja tarefa se fixa sempre que o itinerário é modificado.*

*A determinação da tarefa, assenta nos seguintes dados:*

*Mediu-se várias vezes o tempo dum percurso rectilíneo dum certo número de metros, efectuado por um homem marchando normalmente. Fêz-se a média e determinou-se o tempo médio gasto em percorrer um metro do percurso. Seja êsse tempo  $t$ .*

*Mediu-se o tempo médio gasto por uma equipe considerada boa em substituir a vagoneta cheia que se encontra debaixo do destorrador por outra vazia. Seja êsse tempo  $t'$ .*

8 *Idem, Ibidem, p.16.*

*Mediu-se nas mesmas condições o tempo gasto numa mudança de direcção com placa giratória. Seja êsse tempo  $t''$ .*

*Mediu-se finalmente o tempo médio necessário para descarregar uma vagoneta e voltar a pô-la em condições de marcha. Seja êsse tempo  $t'''$ .*

*Com estes elementos achamos que para um percurso de 60m por exemplo, com uma única mudança de direcção com placa giratória, cada equipe deverá transportar por dia  $n''$  vagonetas, sendo  $n''$  igual a:*

$$N'' = 8/60t + t' + 2t'' + t'''$$

*O estabelecimento dos itinerários é estudado pelo encarregado do serviço visando sempre a obtenção de percursos mínimos com o menor número possível de mudanças de direcção.<sup>9</sup>*

O número exacto de trabalhadores necessários para cada fase do percurso foi, também, calculado de forma a não existirem operários a mais nem a menos. Por exemplo, supondo que é necessário transportar 100 vagonetas com barro por dia desde a barreira até uma boca que se encontra a 40 metros de distância do ponto de transbordo do piso superior para o piso inferior, com uma mudança de direcção com placa giratória, vejamos quantos carregadores serão necessários. Segundo este estudo, sabendo que «cada carregador tem como tarefa diária que carregar  $n$  vagonetas, sendo  $n$  a tarefa obrigatória», verificamos que serão necessários « $100/n$  carregadores».

9 *Idem, Ibidem*, p.16–17.

Sendo que, no percurso até ao cimo da rampa do destorroador, as equipas são constituídas por dois elementos, «para 100 vagonetas são necessários  $100/n'$  equipas ou sejam  $2 \times 100/n'$  trabalhadores». No caso do percurso do destorroador até à boca da cave, cada equipa tem a tarefa de descarregar um determinado número de vagonetas ( $N''$ ), sendo este valor encontrado a partir da seguinte expressão:  $N'' = 8h/80t + t' + 2t'' + t'''$ , decorrente dos estudos dos tempos de trabalho realizados anteriormente através das fórmulas acima apresentadas. Depois de encontrado o número de vagonetas que cada equipa deve transportar por dia, o número de equipas necessárias é calculado através da divisão de 100 vagonetas pela tarefa que cada equipa deve desempenhar. O número de trabalhadores necessários é calculado multiplicando este valor por dois, ou seja « $2 \times 100/n''$  trabalhadores»<sup>10</sup>.

O trabalho nas eiras foi, igualmente, alvo de estudo e organização sendo calculados o número de carros e operários estritamente necessários para cada hora de trabalho. Estes cálculos são idênticos aos acima apresentados e assentam nos seguintes dados: tempo médio normal de percurso de um metro; tempo médio de descarga dos produtos do carro para as estantes e tempo de substituição junto à nora de um carro carregado por outro vazio<sup>11</sup>. Após o produto final se encontrar acabado, o seu transporte para o armazém seguia, igualmente, uma rígida organização tendo como base o tempo que demora a carregar um carro, o tempo normal de percurso de um metro do

<sup>10</sup> *Idem, Ibidem*, pp.17–18.

<sup>11</sup> *Idem, Ibidem*, p.38.

---

trajecto, o tempo normal de descarga e arrumação no armazém, a quantidade de produtos a transportar e as distâncias desde os locais de arrumação no armazém até às portas do forno<sup>12</sup>.

Ora, se atentarmos nestes dados não só como meros cálculos e os transpusermos para o quotidiano, a verdade é que estes resultam numa realidade bastante dura para os operários. Se a realidade do trabalho cientificamente organizado no interior de uma oficina pode ser bastante difícil no que diz respeito ao ritmo intenso e desgastante dos tempos de trabalho preestabelecidos, pode não envolver, no entanto, trabalhos fisicamente pesados, sendo que alguns deles são mais desgastantes pela sua monotonia e repetitividade do que pelo facto de requererem um grande esforço físico. Pelo contrário, no caso apresentado, o trabalho nesta fábrica não consistia apenas na produção das telhas e tijolos mas, também, na recolha e transporte do barro, o que tornava o trabalho fisicamente difícil. É efectivamente este trabalho de recolha, carregamento, transporte e descarregamento das vagonetas desde o nível do barreiro até ao da fábrica que se encontra escrupulosamente estudado e definido. É fácil compreender que um trabalhador dificilmente consegue manter durante todo um dia de trabalho o ritmo exigido, especialmente quando o mesmo implica este tipo de tarefas. Além disso, é preciso não esquecer que o ritmo imposto e o desgaste por ele provocado não se podia reflectir na qualidade do trabalho.

<sup>12</sup> *Idem, Ibidem*, pp.55–56.

Mas outras formas de racionalização do trabalho praticadas, por exemplo, nas secções responsáveis pela produção, apesar de não pressuporem já um aumento considerável do desgaste físico dos trabalhadores, traziam consigo consequências negativas a nível salarial ou ao nível das possibilidades de despedimento, não obstante as suas repercussões positivas no que diz respeito à diminuição dos desperdícios. Assim, nas secções responsáveis pela produção, foi instituído um sistema de responsabilização dos operários pelos erros de fabrico que era baseado na atribuição de um sinal pessoal a cada operário, com o qual este marcava as peças por si produzidas. Desta forma, sempre que surgisse um defeito de fabrico, facilmente se descobria o responsável<sup>13</sup>, sendo que tal teria repercussões a nível salarial. Isto acontecia porque, sendo a tarefa de cada operário fixa também o teria de ser o seu salário, contudo este sofreria penalizações por cada produto inutilizado por uma questão de imperícia ou incúria<sup>14</sup>, erros estes que os métodos de estudo do trabalho pretendiam evitar. Além disso, a reorganização do trabalho posta em prática nesta fábrica trazia ainda consigo o aumento da possibilidade de despedimentos. Em 1942, a empresa havia substituído o salário ao dia, que tem como base o tempo de trabalho de cada operário, pelo salário baseado na produção. Ora, utilizando esta forma de remuneração, a escolha dos operários mais eficientes tornava-se um assunto bastante fulcral. Como tal, sempre que a empresa reconhecia que uma equipa

13 *Idem, Ibidem*, pp.31 e 35.

14 *Idem, Ibidem*, p.38.

não atingia a média estipulada, o chefe da barreira<sup>15</sup>, com a ajuda dos próprios membros da equipa, identificava os elementos responsáveis pela falha e enviava-os à Direcção que, por sua vez, tratava de os colocar noutra serviço para o qual fossem considerados mais aptos ou, na impossibilidade de tal acontecer, dispensava-os<sup>16</sup>. Ora, é fácil verificar que esta situação criava duas situações negativas. Por um lado, tendo em atenção os ritmos exigidos, esta medida fragilizava os operários mais velhos e com menor capacidade física; por outro, criava um ambiente propício à competitividade entre os membros do mesmo grupo que, sendo positiva em termos de melhoria da produtividade global, tinha implicações negativas a nível da fragmentação dos laços entre os operários.

A análise até agora apresentada apenas deu a conhecer o estudo e a imposição de normas de organização científica do trabalho por parte da direcção da fábrica, não tendo levado em linha de conta as reacções dos trabalhadores à sua nova realidade. De facto, é difícil encontrar dados que nos permitam conhecer quais as reacções dos operários, visto as mesmas serem, de uma forma global, muito divergentes, dependendo dos métodos implantados e da sua aplicação, dos sectores em que os trabalhadores se encontram inseridos, das consequências da alteração dos métodos de trabalho e das contrapartidas oferecidas

15 O chefe de barreira era o operário responsável pelo controlo da produção através da contagem das vagonetas e do seu registo em folhas diárias. Cobia-lhe, igualmente, fiscalizar o trabalho, distribuir as tarefas, organizar as equipas de trabalhadores, o fornecimento e a recolha de ferramentas e o controlo da produção. *Idem, Ibidem*, pp.11–12.

16 *Idem, Ibidem*, p.12.

ou não pelo patronato. As informações recolhidas permitem-nos, no entanto, afirmar que as reacções negativas poderão ter sido uma realidade ou, pelo menos, uma possibilidade aos olhos da direcção da fábrica visto encontrarem-se estipulados prémios e punições para que nenhum operário – neste caso específico, nenhum forneiro – tivesse interesse em não seguir à risca as instruções dadas a nível superior. O seguinte preceito em uso na fábrica é bastante revelador em relação à forma como eram encaradas e «resolvidas» as incompreensões ou oposições operárias: «para combater a ignorância se forneçam os mais amplos esclarecimentos; para combater a malevolência se apliquem os mais severos castigos»<sup>17</sup>. Além disso, algumas notícias publicadas, ainda no final da década de 1930, no *Avante* revelam-nos a existência de condições de trabalho bastante difíceis. Um artigo publicado em Novembro de 1936 e intitulado «A escravidão nos tempos modernos na Companhia das Fábricas de Cerâmica» refere que na secção dos fornos de telha e tijolo, «o trabalho é violentíssimo» e que os operários «andam sempre a correr com os carrinhos de telha e tijolo, de modo que a roupa que trazem vestida é um lago de suor (...)»<sup>18</sup>.

Em suma, não conseguimos precisar a partir de que data nem por que motivo os métodos de organização científica do trabalho começaram a ser aplicados neste estabelecimento. No entanto, sabemos que pelo menos desde os finais da década de 1920, estes passaram

<sup>17</sup> *Idem, Ibidem*, p.55.

<sup>18</sup> Anónimo. 1936. «A escravidão nos tempos modernos na Companhia das Fábricas de Cerâmica». *Avante*, série II, número 22: p.3.

a fazer parte do quotidiano da fábrica, com resultados bastante positivos. Como nos refere a *Indústria Portuguesa*, a Fábrica de Cerâmica Lusitânia era conhecida pelos seus modernos métodos e processos de fabrico saídos dos campos científicos da investigação, que a colocavam, por vezes, à frente de algumas congéneres estrangeiras<sup>19</sup> e ter-lhe-iam permitido aumentar os seus rendimentos mesmo durante a crise económica que se fez sentir no País no início dos anos 30<sup>20</sup>. No entanto, numa visão que perscrute além do brilhantismo técnico dos métodos impostos e dos seus inequívocos benefícios económicos e de produtividade, devem ser tidas, igualmente, em consideração as consequências nefastas que as mesmas apresentam para o operariado, gerando ritmos e cadências bastante nefastos ao organismo, prejudiciais à saúde e quase impossíveis de manter ao longo de uma jornada de trabalho. Assim se compreende a dicotomia entre os benefícios que os métodos de organização científica do trabalho trouxeram a esta fábrica em termos de melhorias na produtividade e a clara diminuição das condições de trabalho dos operários que as mesmas pressupunham. De facto, esta dicotomia acaba por ser característica da própria industrialização, cujos desenvolvimentos técnicos e organizativos devem ser constantemente ponderados face às consequências que apresentam ao nível do trabalhador.

19 1929. «Uma bela fábrica de cerâmica. As instalações da Luzitânia no Arco do Cego». *Indústria Portuguesa*, Revista da Associação Industrial Portuguesa, Ano II, n.º 16: p.27.

20 1931. «Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia». *Indústria Portuguesa*, Revista da Associação Industrial Portuguesa, Ano IV, n.º 39: p.58.





## *A Comissão Interna da Empresa*

IDEOLOGIA, RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

Em 15 de Setembro de 1962, Jorge de Mello, administrador-delegado da CUF, numa sessão de homenagem aos trabalhadores que completavam 40 anos de serviço, e na presença dos ministros da Economia, das Corporações e secretário de estado da Indústria, profere um discurso que passará à história sob o título «Sobre a missão social da empresa»<sup>1</sup> o qual, no entender do seu biógrafo Jorge Fernandes Alves, pode ser interpretado «como a fixação da nova doutrina oficial para o grupo empresarial da CUF»<sup>2</sup>. Por seu turno, na sua tese de mestrado sobre a política paternalista nos estaleiros da Rocha do Conde de Óbidos, Helena Maria Ribeiro Santos<sup>3</sup>, vai considerar o discurso de 1962 como um dos múltiplos exemplos que espelham a política paternalista adoptada pela Companhia, sempre apresentada como uma «grande família», no seio da qual os papéis aparecem claramente definidos: por um lado, os trabalhadores “dedicados servidores”, cuja vida seria

1 Publicado em *Indústria* (publicação da CUF), nº 11, Outubro de 1962, pp. 5–9.

2 ALVES, Jorge Fernandes, *Jorge de Mello. «Um Homem». Percursos de um empresário*, Lisboa, Edições Inapa, 2004, p. 62.

3 SANTOS, Helena Maria Ribeiro, *A Grande Família – Breve História do Paternalismo nos estaleiros da Rocha do Conde de Óbidos (actual Lisnave)*, tese de mestrado em Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego, Lisboa, ISCTE, 1998, p. 36 (policopiado).

dominada por uma «assídua e leal dedicação ao trabalho»; por outro, a empresa, através dos seus dirigentes, guiada por “princípios éticos” e consciente da sua “responsabilidade moral”, cujas preocupações maiores traduziam-se em pagar o salário justo, com a segurança no trabalho, com a doença e a velhice dos trabalhadores, preocupações que reflectiam o «espírito de família» que a animava, sublinhando o administrador que «na casa existe também uma lei do amor que é por vezes bem diferente e bem mais onerosa que a lei legal».

O discurso proferido por Jorge de Mello reflecte uma clara influência da doutrina social da Igreja, mediante uma referência directa à encíclica *Mater e Magistra* de João XXIII, a qual preconizava que, «Uma concepção humana da empresa deve, sem dúvida, salvaguardar a autoridade e a eficiência necessária da unidade de direcção; mas não pode reduzir os colaboradores de todos os dias à condição de simples e silenciosos executores, sem qualquer possibilidade de fazerem valer a própria experiência, completamente passivos quanto às decisões que os dirigem», sendo por isso «legítima nos trabalhadores a aspiração a participarem activamente na vida das empresas, em que estão inseridos e trabalham»<sup>4</sup>. Jorge de Mello, que viria a ingressar na União Católica de Industriais e Dirigentes de Trabalho, anuncia então como propósito passar a integrar os trabalhadores da CUF na direcção de actividades de âmbito social, como eram as despensas e refeitórios, assim como a venda de acções da Companhia de modo a serem adquiridas pelos mesmos e, por último,

4 *Mater e Magistra*, 1961.

a instituição de reuniões entre a administração e representantes eleitos dos três grupos principais a laborar na empresa, ou seja, dos quadros técnicos, administrativos e operários. Como o próprio justifica, «Entende-se igualmente que o interesse dos servidores nos problemas que envolvem os sectores onde trabalham muito poderá ser fortalecido e aumentado ainda com benéficos resultados para a própria exploração em causa se estes forem ouvidos nas resoluções a tomar»<sup>5</sup>. Estava assim anunciado a criação da Comissão Interna da Empresa, que entrará em funcionamento em Janeiro de 1963, a qual terá feito valer a Jorge de Melo o reparo de Salazar de que «O senhor foi um bocadinho imprudente!»<sup>6</sup>.

A CIE permanece ainda hoje um assunto omisso no que concerne à história da CUF. E, todavia, trata-se de uma experiência pioneira em Portugal, criada por iniciativa patronal com vista a promover a conciliação de classes, posteriormente exportada para outras realidades fabris, como seja a Lisnave.

Pretende-se aqui abordar o modo como o PCP interpretou a criação da CIE e a sua actuação face à mesma. É sabido que face aos sindicatos corporativos, após uma primeira fase de repúdio, e na sequência do VII Congresso da Internacional Comunista ocorrido em Moscovo em 1935, foi adoptada como estratégia a acção no seio dos mesmos, mediante a eleição de dirigentes “honrados” ou “de confiança” nas listas de oposição ou mesmo nas listas únicas, com o

5 *Indústria* (publicação da CUF), nº 11, Outubro de 1962, p.8

6 ALVES, Jorge Fernandes, *Ob. Cit.*, p. 64.

objectivo de “minar” a sua natureza fascista, transformando-os assim em espaços onde eram feitas ouvir as reivindicações dos trabalhadores. Como Álvaro Cunhal 1943, «Sem dúvida que as massas operárias viram desde logo nos sindicatos nacionais inimigos de classe. Mas a coacção fascista, de um lado, as promessas demagógicas, de outro, a sindicalização obrigatória, nuns casos, certas vantagens mínimas, noutros, levaram as massas operárias a ingressar nos sindicatos nacionais com maior ou menor gosto, mais ou menos contrafeitas. Isto é, os sindicatos nacionais tornaram-se de facto amplas organizações de massas»<sup>7</sup>. E, tal como fora preconizado por Lenine, havia de se trabalhar onde estavam as massas.

A estratégia adoptada relativamente à CIE vai ser em tudo semelhante. Logo em Fevereiro de 1963, o Comité Regional da Margem Sul do Tejo do PCP difunde uma circular na qual alerta para o facto de «o que a administração da CUF e o Dr. Jorge de Melo pretenderam com o seu discurso demagógico foi adormecer os seus operários, embalá-los com ilusões e lançar as bases de um cerco ao operariado das empresas controladas pelo seu monopólio, com vista a isolá-lo da classe operária portuguesa e da sua luta e a atingirem a sua suprema finalidade, isto é, um maior grau de exploração pelo aumento incessante de produtividade (...)»<sup>8</sup>. Todavia, alertava-se também para o facto de

7 Cit. in BARRETO, José, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar», *Análise Social*, vol. XXIX, nº 125–126, p. 289.

8 Comité Regional da Margem Sul do Tejo do PCP, *A Comissão Interna da CUF e a luta de classes*, Fevereiro de 1963.

«Nas condições do fascismo (...) estas “COMISSÕES DE EMPRESA” oferecem ao proletariado possibilidades vantajosas de luta. Por isso é necessário que, logo desde o início, a classe se interesse em eleger para tais COMISSÕES operários honrados, capazes de defenderem os interesses dos seus companheiros que são os seus próprios interesses e de não se deixarem envolver nas ciladas do patronato para os transformar em dóceis e fiéis servidores (...)».

De sublinhar que a CIE surge num contexto dominado pelo recrudescimento da luta operária motivado pela degradação das condições de vida. Na CUF desde a greve de Julho–Agosto de 1943, nunca mais havia ocorrido um movimento de semelhante envergadura, situação a que não seria alheia a repressão entretanto desencadeada, chegando a ser instituído um comando militar na vila operária. Aliado a isso, a existência de uma rede de informadores nas várias dependências da fábrica, cuja actuação justificará a difusão de uma lista emanada do Comité Regional da Margem Sul do PCP com os nomes de «agentes da PIDE, bufos e provocadores» a trabalhar na CUF, onde estava também instalado o próprio quartel da GNR. Como recordou uma antiga funcionária,

*Na CUF, como sabem, a Guarda Nacional Republicana esteve lá mesmo dentro (...) sei que iam lá comer aos refeitórios e isso tudo, e todas as semanas saíam, como nós costumávamos dizer, com a mobília cá para fora, a mobília chamávamos nós tanques de guerra.* (Georgina Álvaro)

A par da política repressiva adoptada, que terá condicionado efectivamente o recurso à greve, a situação específica que caracterizava o operariado cufista. Como pode ler-se nas páginas do *Militante*,

«A classe operária da CUF tem algumas características e actua em condições que a diferencia do resto da classe operária do sector. Está agrupada numa grande empresa, é a mais bem paga da região (e até talvez do país). Os operários da CUF gozam de um conjunto de regalias (férias, subsídios diversos, creches, despensas, etc.) que não têm os operários de qualquer outra empresa, pelo menos no sector. A percentagem de operários qualificados é incomparavelmente superior a qualquer outra empresa, bem como o seu nível cultural»<sup>9</sup>. Segundo Silva Marques, responsável pelo Comité Regional do PCP da Margem Sul em 1965 é esta especificidade de condiciona em larga medida o recurso à greve apesar de, e tal como o próprio informa, ter, em meados da década, 60.500 militantes, ou seja, 5% da população do agrupamento fabril. Nas suas próprias palavras, «Não há dúvida que estava neste conjunto de circunstâncias a chave explicativa desse fenómeno típico (e raro no país) que era a CUF do Barreiro: a maior concentração de forças do Partido Comunista não era onde germinavam as mais vigorosas batalhas contra o regime, mas era onde mais amplamente florescia, por um lado, a acção reivindicativa segundo fórmulas moderadas, e, por outro, a actividade política, associativa, cultural e cívica dum modo geral, realizada por trabalhadores, operários e empregados.»<sup>10</sup>

Apesar destes condicionalismos, a partir de 1955 começa a verificar-se uma intensificação das exigências operárias. A zona têxtil,

9 «A campanha ideológica do patronato», *O Militante*, III Série, nº 129, Setembro de 1964, p. 4

10 MARQUES, J. A. Silva, *Relatos da clandestinidade – o PCP visto por dentro*, Lisboa, Ed. Jornal Expresso, 1976, p. 208.

constituída por mão-de-obra maioritariamente feminina, apresenta-se como uma das mais reivindicativas. Recorre-se a métodos de resistência passiva, à “cera” (ritmo de trabalho lento), apresentam-se reclamações e dão-se paralisações mais ou menos longas. Na década de 60 a situação evolui em crescendo. Assim, e a título de exemplo, em Maio de 1960 é entregue uma exposição à Gerência com 2000 assinaturas reclamando aumento de salários; em 62, novo abaixo-assinado com 4000 assinaturas, com o mesmo objectivo, reivindicando também a extinção dos prémios e a equivalência dos salários para o mesmo tipo de funções; em 63, novo abaixo-assinado com 5000 assinaturas reivindicando o aumento geral de 10\$00, o pagamento do 7º dia e, novamente, «salário igual para trabalho igual»; em 64–65 recurso generalizado à “cera”, prática de concentrações e paralisações no trabalho, abaixo-assinados constantes, inclusive contra a expulsão do “bufo” Inácio (1964), contra arbitrariedades nas promoções, reivindicações estas que irão prolongar-se pelos primeiros anos da década de 70.

A par de lutas de carácter económico, outras de cariz marcadamente político, com a recusa dos operários da CUF em contribuir para o peditório de «uma hora de trabalho para os soldados», manifestando-se contra a Guerra Colonial. Já em 1969, com a aprovação da Carta Reivindicativa dos Trabalhadores da CUF, são enunciadas várias exigências, como sejam o fim da Guerra Colonial, a liberdade sindical, o direito à greve, amnistia para os presos políticos, extinção da PIDE, fim da censura e o estabelecimento das liberdades democráticas.

Esta situação justifica que à época, a criação da CIE seja interpretada como o método encontrado pela administração para silenciar

as exigências operárias, traduzindo-se assim numa vitória da classe. Nas palavras de um antigo encarregado:

*(...) foi a forma de acabar com os abaixo-assinados. Que eles sabiam, porque a bufaria informava isto tudo, não é? Eles sabiam que naquela altura os abaixo-assinados eram sucessivos, não é?* (Cândido Graça)

E, segundo um operário militante do PCP:

*A Comissão foi formada também derivado ao nosso impulso, do próprio Partido. Porque havia o seguinte: havia muitas pessoas, em especial na zona têxtil, à base de mulheres, em que os próprios encarregados exploravam-nas e não pagavam, ou pagavam-lhes mal, não atendiam aos pedidos delas. E então, a gente para tentar fomentar o próprio movimento, começámos a demonstrar que eles ali queriam ser os donos daquilo, mas que se elas fossem a Lisboa falar com o dr. Jorge de Melo, que ele se calhar tinha melhores condições para resolver os problemas delas ali. (...) E então, pensámos que isto iria sobrecarregar o próprio Jorge de Melo, em que ele depois teria que encontrar um outro método para o problema. E foi o que aconteceu.* (Joaquim Palma Cadeireiro)

A CIE é apresentada como uma vitória dos trabalhadores pois, e tal como justificado no Militante, «Representa o reconhecimento e aceitação oficial por parte da CUF duma forma de organização da classe operária que contra a vontade do patronato os operários vêm impondo através das suas lutas. (...) Assim, a primeira observação que se oferece com a constituição da CIE, é a de que não podendo evitar que os operários organizem as suas comissões de unidade e as imponham ao patronato, a CUF legaliza a sua existência e orienta a



sua organização, tentando assim exercer sobre elas um certo controle e uma certa influência»<sup>11</sup>.

A criação da CIE foi acompanhada pela criação de um boletim, de título *CUF – Informação Interna*, onde eram publicadas as actas das reuniões entretanto efectuadas. De mencionar que, segundo o regulamento da mesma, era obrigatório comunicar com oito dias de antecedência os assuntos que os representantes e delegados eleitos pretendiam ver tratados nas reuniões mensais, o que foi considerado como método censório às reivindicações que os operários pretendessem apresentar à administração. Também segundo o mesmo regulamento, os delegados deveriam ter 5 anos de casa e ser detentores de «boa conduta cívica e moral», o que, em última instância, poderia resultar na não admissão de qualquer delegado que não correspondesse aos parâmetros exigidos.

Como resposta à publicação de empresa, em Junho de 1963 tem início a publicação de o *Boletim dos Trabalhadores da CUF*, órgão clandestino afecto ao PCP, que descreve o quotidiano nas fábricas e dá notícia das várias exigências operárias. Como pode ler-se, «A intensa actividade “ideológica” dos senhores da CUF com vistas a inculcar nas massas da empresa a teoria da “harmonia de classes” impunha que se cria-se [sic] um boletim capaz de desmascarar as campanhas ideológicas do patronato e que ao mesmo tempo fosse um órgão de combate». Copiografado numa casa de apoio na vila operária, um ano

11 «A experiência da Comissão Interna da CUF», *O Militante*, III Série, nº 129, Setembro de 1964, p. 2.

volvido ganha forma impressa, o que ilustra a adesão dos operários ao mesmo. Como viria a concluir Domingos Abrantes,

*Esse boletim, e às voltas das questões da CIE, teve um efeito extraordinário na formação política e ideológica de milhares de trabalhadores.*

Tal como verificado relativamente à estratégia adoptada face aos sindicatos, também face à CIE nem sempre o PCP conseguiu mobilizar os operários da CUF para uma maior participação. Assim, em Julho de 1965 o *Boletim* alertava para a necessidade de «combater energicamente» duas tendências verificadas: a “esquerdista”, que menosprezava as possibilidades de luta que a Comissão oferecia, e a “oportunista”, que fomentava expectativas quanto às medidas adoptadas pela administração<sup>12</sup>. A incompreensão das possibilidades de luta que a CIE oferecia conduziria a um primeiro boicote às eleições para delegados em 1965 e posteriormente, em 1969, onde em vez de listas de candidatos os operários optaram por escrever as suas principais reivindicações. Alertava então o *Militante* que «Os delegados são livremente eleitos, logo, as massas, se compreendem a importância da CIE, elegem os homens e as mulheres que julgam defender os seus interesses. Esses delegados agrupados nos sub-grupos, constituem autênticas comissões de unidade com existência legal, virados para os problemas que mais afectam as massas»<sup>13</sup>, e embora não se

12 Cf. «A luta continua!», *Boletim*, Ano III, nº 13, Julho de 1965, p. 1

13 «A experiência da Comissão Interna da CUF», *O Militante*, III Série, nº129, Setembro de 1964, p. 5

---

recusasse liminarmente o recurso ao boicote, este deveria ocorrer apenas quando as massas «revelem manifestas disposições para as formas superiores de luta e até as já estejam a emprega-las»<sup>14</sup>.

Apesar das incompreensões verificadas, o PCP conseguiu fazer eleger como delegados alguns dos seus militantes ou simpatizantes, os quais, apesar das limitações já mencionadas, conseguiram levar à comissão algumas das principais reivindicações, como sejam o aumento geral dos salários, o pagamento do 7º dia ou a igualdade salarial para as mesmas funções. Foi esta situação que permitiu que, imediatamente após o 25 de Abril, e apesar da extinção da Comissão ter sido uma das primeiras reivindicações apresentadas, ter sido possível uma transição pacífica para a nova comissão de trabalhadores entretanto criada. O caminho já vinha sendo traçado.

14 «A luta da classe operária numa grande empresa monopolista – A CUF», *O Militante*, nº 149, Junho de 1967, p. 7.

---

## ***Natureza-morta com Máquinas***

A POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO FABRIL NA FOTOGRAFIA INDUSTRIAL NAS DÉCADAS DE 50 E 60 NO PORTO

---

### ***1. Apresentação. O que é uma fotografia industrial?***

Ao longo das décadas de 50 e 60 do século passado, é possível assistir, na revista *A Indústria do Norte*, ao insistente trabalho de vulgarização e inculcação de uma “consciência industrial” (Fevereiro de 1962), orientada para a “produtividade” e a “racionalidade”, entre um segmento de especialistas técnicos e dirigentes empresariais interessados na modernização económica e política da indústria. Muito apropriadamente, a revista da Associação Industrial do Porto, publicará, a partir do início de 1962, uma série de reportagens fotográficas de empresas que, ao combinarem a intenção publicitária com o registo documental, se apresentavam plenamente comprometidas com o exercício de um magistério industrialista. Empresas nortenhas como a Fapobol, a Eduardo Ferreirinha e Irmão, a Corporação Industrial do Norte, a Efacec, a Molaflex, a Alumínia ou a Sonae, procuraram exibir e sancionar as suas iniciativas modernizadoras recorrendo a imagens fotográficas. Enquanto formas de auto-apresentação, estas fotografias acompanhavam, ilustrando-a fotograficamente, a retórica que empresários e políticos identificados com a ideologia industrialista mobilizavam, nos eventos solenes e solenizadores, para afirmar e justificar a sua missão económica e política. Para além do mais,

tratando-se de fotografia comercial, realizada, pois, no âmbito de uma *encomenda*, esta coincidência entre a imagem iconográfica da fábrica moderna e os discursos industrialistas de empresários e técnicos não é puramente acidental, havendo vantagens em interrogar as condições desse encontro afortunado entre um “estilo pictoral” e um “estilo cognitivo” (Baxandall, 1985: 140).

O fundo fotográfico da Casa Alvão, instalado no Centro Português de Fotografia, inclui um vasto espólio de encomendas de fotografia industrial realizadas por empresas portuenses.<sup>1</sup> Ainda quando não existem à partida nenhuma determinações explícitas do cliente, o trabalho realizado sob encomenda tem as suas condições de felicidade dependentes da materialização dos critérios implícitos associados a uma fotografia apropriada e persuasiva relativamente aos critérios de apreciação e aos interesses expressivos dos compradores. Por seu lado, os custos e as definições técnicas associados à realização destas provas fotográficas – circunstâncias de captação complexas e difíceis de controlar, tempos de exposição demorados, fixação incerta e frágil nos suportes fotográficos, procedimentos de revelação complicados e inconstantes – restringem as margens de tolerância na produção eficiente de fotografia. A partir da análise do trabalho efectivamente realizado na Casa Alvão,

<sup>1</sup> Todas as fotografias apresentadas ao longo do texto pertencem ao Centro Português de Fotografia, a quem estão todos os direitos reservados. As finalidades exclusivamente científicas da presente publicação justificaram a cedência de utilização de tais fotografias. No entanto, todos os seus usos posteriores continuam submetidos aos termos da legislação em vigor.

observando os negativos das fotografias consideradas comercialmente elegíveis, pudemos observar como os requisitos estéticos a satisfazer e as exigências técnicas a cumprir convergiam, influenciando poderosamente na cultura profissional dos fotógrafos. Ao serem constrangidos a compatibilizar a inventividade e a improvisação com as solicitações clientelares e as exigências materiais do ofício, o modo de actuação dos fotógrafos orientava-se imperceptivelmente no sentido de produzir uma representação da fábrica compatível com a sensibilidade dos seus potenciais clientes.

Esta coerência prática com as expressões escritas do *engenheirismo* estava longe de corresponder a um cálculo cínico de vantagens (materiais ou de reputação) ou a uma tentativa de lisonjear a clientela. O registo fotográfico, mesmo aquele aparentemente marcado por preocupações realistas, evidencia as pré-ocupações do fotógrafo que estão, em geral silenciosa e tacitamente, presentes no momento de concepção e execução da fotografia. Sob as opções técnicas que parecem ser necessárias para a obtenção de uma fotografia industrial, expressas e justificadas por um vocabulário profissional que lida com a profundidade de campo, a iluminação ou o arranjo do cenário como se se tratassem apenas de simples questões instrumentais, existia a propensão profissional do fotógrafo que o conduz a procurar uma fotografia eficaz. Desta maneira, era provável que a “filosofia espontânea” dos fotógrafos profissionais, absorvendo as condições e condicionamentos associados à produção fotográfica sob encomenda, os tornasse inclinados e aptos a tornar a fotografia industrial, simultaneamente, numa mercadoria eficaz em termos económicos e num objecto eficiente em termos estéticos.

Para interrogar o princípio estruturador que sustenta este ponto focal, escolha de critérios que parece *instintiva* porque corresponde a um senso prático profissional, é preciso realizar uma anamnese das condições sociais e históricas que sustentam a emergência e actualização da fotografia como “sociograma” (vd. Bourdieu, dir., 1965). A fotografia “normalizada” que daqui resulta é aquela “agradável” aos olhos dos clientes, que é positivamente apreciada e percebida como verosímil porque corresponde ao sistema de preferências de proprietários e especialistas das empresas, ao mesmo tempo que é “económica” - em todos os sentidos da palavra - para o fotógrafo. Por força deste mecanismo de ajustamento recíproco entre expectativas clientelares e práticas fotográficas, cada fotografia seleccionada como “competente” em termos técnicos é plausivelmente aquela que é consonante com a representação difusa ou idealizada que da fábrica têm os seus dirigentes. Por isso, a aparente estereotipia da “oferta”, mais do que sintoma de uma limitação criativa (“falta de imaginação”, “recursos limitados”), mais do que obediência a um cânone artístico elementar (“estreiteza no estilo”),<sup>2</sup> é provocado pela forte consistência na “procura” de fotografia industrial.

2 As centenas de negativos compulsadas revelam os traços de uma imagem monótona. Sensação apenas aparente, que se explica porque não possuímos os esquemas de leitura com e para os quais foram criadas estas fotos. Só chegam a parecer idênticas (ou mesmo “todas iguais”) quando não possuímos aqueles princípios de discriminação que permitiam aos visualizadores originais (os fotógrafos e, eventualmente, os clientes) sinalizarem, inclusive como fundamentais, certos traços e contornos, variações infinitamente pequenas que eram, contudo, *significantes* (Elias, 2006).

Esta situação sugere que tanto “compradores” quanto “vendedores” partilhavam, ao menos parcialmente, uma “forma de atenção” comensurável relativamente ao espaço fabril, pois “ambos foram afectados por um movimento de gosto que escapava ao seu controlo” (Kermode, 1991: p.41). Embora as técnicas postas em prática por estes fotógrafos só excepcionalmente fossem explicitadas em textos e consciencializadas, elas repousam sobre um consenso irreflectido quanto à representação “legítima” e “autorizada” da fábrica e do trabalho industrial mantido com os proprietários e especialistas fabris, os quais encontravam nessas imagens uma projecção visual dos seus interesses e aspirações.

Porque as fotografias apreendem o ponto de vista de certo observador fixando-o como visão instantânea e autêntica da realidade é que, na sua *Pequena história da fotografia*, Walter Benjamin afirmava que era possível encontrar, subsumido nelas, um “inconsciente óptico” associado a um ponto de vista particular sobre as coisas (1992: 119). Propomo-nos neste texto, de maneira sucinta, a um trabalho de objectivação sociológica que extraia os esquemas práticos inconscientemente investidos na feitura e na leitura do espaço fotográfico. Por via desta espécie de sócio-análise, é possível remontar, a partir do *produto final*, a fotografia, ao *processo de finalização*, à sucessão de actos implicados na criação e interpretação fotográficas. Em particular, é possível interrogar o ponto focal – fotográfico e social – que define a perspectiva exibida pelas imagens fabris. “Por outras palavras: quais são as práticas nas e pelas quais os observadores e intérpretes vêem e reconhecem aquilo que eles consideram um assunto «merecedor» de ser fotografado?” (Lüdtke 2006: 14)



Os princípios de classificação da fábrica e do trabalho emergentes do discurso industrialista, vocabulário de motivos organizado em torno às ideias de “eficiência”, “organização”, “produtividade” ou “normalização”, parecem sair caucionados, como que *demonstrados* como evidentes, pelas paisagens industriais. Num tempo marcado pela transformação das políticas de produção, as fotografias “credíveis” e “cativantes” do espaço físico das fábricas portuenses começavam a mostrar sinais de estarem impregnadas pelo ideal de uma organização racional do trabalho, que significava na altura, grosso modo, a substituição de um sistema técnico e disciplinar tradicional pela crescente mecanização do trabalho e pela sistematização e formalização dos controlos hierárquicos. Pelo facto do sistema de preferências que governa as orientações políticas e económicas deste grupo social, portanto as suas inclinações em relação a uma estratégia industrialista e modernizadora, actuar para definir identicamente os seus juízos estéticos, ele também contribui para explicar a cumplicidade nas escolhas retóricas e fotográficas.

## ***2. O ponto de vista absoluto. As categorias da percepção e apreciação dos dirigentes empresariais.***

Quando, em Novembro de 1965, o engenheiro Jorge Ferreirinha, empresário metalúrgico e dirigente patronal portuense, discursa no *Primeiro Congresso Nacional de Fundição*, a sua intervenção não visa somente descrever a situação industrial portuguesa nos termos da retórica do “progresso”, como pretende ainda, voluntariosamente, prescrever uma orientação para o futuro da indústria, procurando realizar o que enuncia simplesmente pelo acto da sua enunciação.

*“O tal telheiro sombrio transformou-se num moderno edifício, bem iluminado e bem ventilado (e até climatizado); os velhos fornos que no meio de densos fumos e fogo elaboravam as misteriosas ligas, não dando lugar a atraentes instalações de fusão comandadas com extraordinária precisão e controladas por laboratórios químico-metalúrgicos; o trabalho pesado dos transportes manuais é substituído por mecanizações mais ou menos espectaculares; e até os computadores electrónicos aparecem já a calcular as variáveis de fusão a comandar complexas unidades automáticas de moldação. A fundição, mecanizando-se, humaniza-se. E passa a ser um lugar digno de trabalho, onde o acidente é evitável, a silicose banida: graças ao progresso material de hoje, a fundição pode e deve ser um lugar agradável para trabalhar.” (p. 31)*

Podíamos repetir fastidiosamente exemplos semelhantes. As preocupações com a eficiência técnica, a regulação, a racionalização da organização do trabalho, a especialização, a planificação, a normalização, ou a promoção da “engenharia progressiva” (João Ferreira do Amaral), repercutem-se nas estratégias de *representação* adoptadas pela fracção do patronato industrial portuense que procurava, durante as décadas de 50 e 60 do século passado, a afirmação económica no interior dos limites administrativos impostos pela legislação corporativa e do reconhecimento político das prerrogativas e interesses específicos da indústria nortenha. É a possibilidade e a necessidade deste sistema de pertinências exibido pela retórica patronal ser traduzível e traduzido fotograficamente que explica que, no universo de escolhas estilísticas dos fotógrafos comerciais do Porto, tenha sido tendencialmente favorecida a criação de uma panorâmica

fábrica que correspondia aos interesses e preferências do cliente. Exactamente porque lhes proporcionavam o que parecia ser a demonstração antecipada da fábrica moderna, estas fotografias tendiam a parecer evidentes a estes dirigentes empresariais, parecendo, além disso, fornecer uma expressão verosímil e plausível às suas idealizações e aspirações industrialistas.

Releia-se o que afirmamos face a essas fotografias do interior de uma oficina metalomecânica [Imagem 12A e 12B]. A repetição do disparo, aparentemente conservando todos os controlos do instrumento fotográfico idênticos e mantendo a mesma posição focal, serve para registar as versões tidas por aceitáveis da fotogra-

fia de interior. Na primeira, classificada no Fundo consultado como anterior à seguinte, vemos os trabalhadores concentrados sobre o seu trabalho, mãos e braços em posições críticas de plena laboração, fazendo um uso devoto das suas ferramentas, olhos fixos na tarefa a ser executada, apáticos. Não há janelas, nem clarabóias. A profundidade de campo é acentuada pela orientação oblíqua da mirada; a iluminação vai escasseando com a distância focal. As opções artísticas e técnicas adoptadas pelo fotógrafo concorrem para proporcionar uma visão especialmente estática do trabalho industrial. Nesta imagem são neutralizados os pormenores e as idiossincrasias, sendo



*Imagens 12A e 12B*

que os rostos, ocultos ou de perfil, tornam-se praticamente anónimos, impressão de indefinição acentuada pela execução rigorosa de tarefas, pela postura de rotina e pelo uso comum de fardamento. Todos os trabalhadores estão obedientemente no seu posto de trabalho, sem que nenhum permaneça desocupado ou estático; todos eles estão absolutamente compenetrados na tarefa, mantendo o olhar fixo e constante sobre a máquina, ignorando a monotonia e a distração; todos mantêm uma postura diligente, não há quem esteja parado, e todos executam gestos espontâneos, precisos e eficazes, sem que ninguém tenha que receber ordens ou ser advertido.

A segunda fotografia revela-nos o mesmo cenário. Apenas com uma excepção, que é, porém, plena de significado: a evacuação dos trabalhadores. Tratados como elementos do cenário, é demonstrada toda a fluidez do “factor humano” quando comparada com a solidez ao capital fixo. Julgamento semelhante realiza, na sua edição de Dezembro de 1961, portanto pouco tempo antes de começar a publicar a série de vinhetas fotográficas acima mencionadas, a revista *A Indústria do Norte* a propósito da recente projecção no Porto de um documentário cinematográfico sobre a Siderurgia Nacional, quando não foi encontrada melhor caracterização para a trama do filme que salientar que, “quase que despido do factor humano (o operário é sobrepujado pela imponência da maquinaria)”, são as instalações fabris que “aparecem-nos como as vedetas do «filme»”. Segundo este texto, através de “imagens plenamente elucidativas e captadas com objectividade”, provava-se cabalmente a superioridade de “uma organização viva, onde nada passa despercebido, muito pelo contrário, onde tudo se conjuga para resultar uma autêntica unidade laboral”.

Os constrangimentos e oportunidades que enfrentava esta fracção do empresariado tendiam a repercutir-se nas suas reivindicações e orientações genericamente dirigidas para a modernização. O que, no âmbito específico da fotografia, correspondia a preferir as imagens conformes à perspectiva do proprietário distanciado e individualizado e, portanto a uma concepção impessoal, sistemática e ordenada da fábrica. Foi o surgimento de uma relação contemplativa com o espaço fabril entre aqueles que, primeiro, têm um interesse em concretizar a racionalização e o controlo da fábrica e que, depois, mantêm uma relação de fruição e idílio com o cenário fabril, que permitiu a manifestação e a celebração deste género de fotografia industrial. Para o caso em estudo, equivale isto a dizer que uma fotografia que pretendesse recolher ou solicitar valorizações positivas da parte dos clientes, deveria apresentar uma panorâmica que fosse conveniente e aprazível e que, ao mesmo tempo, realizasse imagetivamente as pretensões empresariais a uma fábrica ideal. Ou seja, para parafrasear uma definição de Michael Baxandall, “o essencial daquilo que chamamos *gosto* repousa sobre a concordância entre as operações de análise que reclama uma [fotografia] e a capacidade analítica do espectador” (1985: 55). Nesse sentido, estas fotografias são uma expressão metafórica da relação particular mantida pelos proprietários com a fábrica, por um lado, orientada de acordo com o cálculo e com a maximização da utilização económica do equipamento e do trabalho, e, por outro lado, dirigida para a observação detalhada e precisa do espaço fabril.

Vejamos duas fotografias da indústria têxtil, tiradas na secção de tecelagem [Imagem 3] e na secção de fição [Imagem 4]. Na primeira, a objectiva está colocada num plano superior, ao mesmo nível

do patamar a que conduzem as escadas do rés-do-chão, isto é, aos escritórios e gabinetes administrativos. A justaposição intrincada de equipamento fabril deixa praticamente invisíveis os operários que manobram as máquinas. Na segunda, a vista a partir de um ponto elevado abre-se sobre as sucessivas linhas de maquinaria, na qual repousa inerte o produto de um trabalho aparentemente abandonado a meio. Ao decidir pela evacuação dos trabalhadores no instante preciso da fotografia e pela solenização de uma imagem que evidencia a onnipotência e materialidade da fábrica mecanizada, o fotógrafo sanciona e justifica a qualidade



*Imagens 3 e 4*

intrinsecamente fotografável da indústria “moderna” e fornece a medida e o meio para eternizar a mundivisão do espaço fabril “puro”, a que corresponde e obedece o próprio acto de decidir fotografar a fábrica na sua assepsia e harmonia exclusivamente mecânicas.

No campo visual fotográfico é fixada a utopia de um olhar que tudo observa, tudo regista e tudo domina, uma visão artificial que, apesar de tudo, não pode dizer-se artificiosa. A correlação entre as propriedades do “espaço pictórico” e as propriedades do “espaço intelectual” (Panofsky 1993: 65) é patente nas semelhanças familiares

entre a fotografia industrial nas décadas de 50 e 60 e os discursos que invocavam a organização racional na indústria portuense nessa mesma época. A função explícita dos dispositivos disciplinares dos regimes de fábrica passa por sistematizar e prescrever procedimentos e infundir o auto-controlo sobre o «gesto operário» (Coriat 1984: p.14), quer dizer, sobre as condutas operárias: os movimentos doravante circunscritos no tempo e no espaço – criando uma «economia dos corpos no trabalho» (idem: p.37), a linguagem e as interacções comunicacionais controladas.

### **3. Realismo idealista. O trabalho de higienização visual dos operários.**

Notem-se as fotografias de operários a executarem isoladamente o seu trabalho [Imagem 8 e Imagem 21]. As mãos nos comandos, firmes ou minuciosas na tarefa; o olhar concentrado na máquina, hipnotizado; os trabalhadores absortos do que os envolve, indiferentes aos ruídos, temperaturas, pressões. Parecem ser trabalhadores exemplares, quer dizer, trabalhadores que correspondem a um modelo idealizado pela organização racional do trabalho e que estão aptos a funcionarem como exemplos pedagógicos, morais e profissionais. A ortodoxia (“one best way”) da racionalização do espaço de trabalho e do processo de trabalho encontra,



*Imagens 8 e 21*

ou melhor, projecta nestas fotografias, os trabalhadores que a merecem, que lhe convém. Para efeitos de demonstração, admite-se inclusive suspender temporariamente o trabalho e fixar a execução individualizada de um trabalho realizado colectivamente. Na [Imagem 17], todas as máquinas estão para-



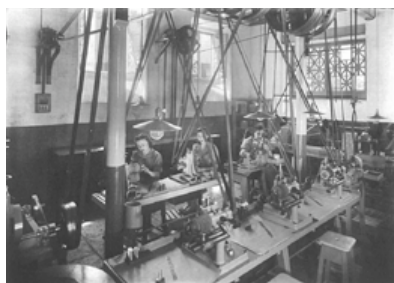
*Imagem 17*

das, excepto aquela montada e manobrada no modo de “dever-ser” pela única trabalhadora visada pela câmara; ao lado, mal disfarçadas, as suas colegas aguardam que o fotógrafo termine para voltarem ao trabalho.

Estas fotografias oferecem a suposta prova cabal, “autêntica”, de um local de trabalho devidamente organizado e de uma cooperação graciosa entre trabalhadores e gerência. “[N]ão se consegue encontrar, escreve Alf Ludtke, em nenhuma destas fotografias, um trabalhador a beber café (muito menos cerveja ou bagaço!); em quase lado nenhum está alguém a falar com um colega, já para não falar na brincadeira; ninguém parece estar exausto, sujo ou aborrecido (por causa, por exemplo, do barulho constante ou do pó, ou mais ainda, pela aceleração e divisão do trabalho, sendo que ambos foram veementemente intensificados devido à «racionalização» da construção das máquinas a partir do início dos anos 20). E ninguém parece ferido, já agora. Toda a gente é fotografada como estando totalmente absorvida no seu trabalho. As fotografias revelam um estereótipo que sugere que trabalhar na fábrica é exactamente o que indicam os termos da gerência: fluxo de trabalho constante” (Ludtke 2006: 21–22). Afinal que trabalhadores são estes? Trabalhadores manifestamente abstémios nos consumos e



nos comportamentos, fisicamente impolutos e incorruptos, cientes e ciosos das suas obrigações laborais, destros, dedicados, mudos, incansáveis, limpos, conformados e até satisfeitos. Tanto assim que a autoridade pode permanecer latente, invisível, sem que os corpos dóceis dos operários cheguem a requerer uma intervenção disciplinadora. Estes operários parecem trazer infusa a ética do trabalho industrial ambientada e difundida pelas instâncias estatais e patronais.



*Imagens 5 e 6*

Confirmam-se as [Imagens 5 e 6], ambas de fábricas metalúrgicas, a primeira de uma secção de fundição, a segunda de uma secção de acabamentos de peças de precisão. A [Imagem 5] captura três operários concentrados na realização de uma tarefa. Atrás de dois deles, absortos no trabalho, libertam-se vapores de um tubo metálico; nada parece afectar a sua impassibilidade. A [Imagem 6] mostra-nos as operações de acabamento de peças metalomecânicas; a minúcia do trabalho parece ligar-se com a suposta (e superimposta) delicadeza das mulheres. As três operárias da fotografia, com rostos cândidos, iluminados pela serenidade, estão maquilhadas e com o cabelo penteado com cuidado, vestidas com fardas idênticas, impolutas.

Fascinadas pelo seu trabalho, não tiram os olhos da máquina, não trocam olhares nem palavras com a companheira do lado, não espreitam pelas janelas. A teatralização do ambiente de trabalho torna as fotografias de descrições em instrumentos de prescrição.

Olhe-se agora a [Imagem 11]. Os cenários são escuros, com a presença poderosa de máquinas volumosas. O enquadramento está centrado em torno à unidade do homem com a máquina. Os operários fardados, todos equipam de igual maneira. Os rostos permanecem serenos, sem um ricto de dor, esforço ou protesto, apesar das tarefas executadas levarem a crer tratar-se de um trabalho pesado, agreste e eventualmente monótono. O facto de encontrarmos vários exemplares de algumas destas fotografias [Imagens 11A/11B] permite inquirir sobre a razão dessas repetições e proporciona uma oportunidade para entender os critérios de excelência – implícitos ou explícitos – a que devia estar submetida a prática da fotografia industrial. É que «[o] erro é o lugar de claridade de uma escolha definitiva» (Renard 1994: p.163). Na repetição do disparo, realizada após versões que parecem ser preparatórias ou fracassadas, não só as falhas técnicas são corrigidas, como é também contornada qualquer aparência de pusilanidade e falta de firmeza nos gestos [Imagem 11A; reparar no movimento da cabeça e na postura menos assertiva] ou afastado tudo quanto sugira negligência e relaxamento no ofício. A impessoalização dos operários e do trabalho fabril é reforçada nas fotografias que apresentam os trabalhadores de costas, ocultos parcial ou totalmente pela maquinaria, pura e simplesmente ausentes da fábrica. Até mesmo a presença do fotógrafo é neutralizada: ninguém contra-direcciona o olhar na direcção da objectiva e o fotógrafo pode, assim,



*Imagens 11A e 11B*

manter a ficção da sua não-interferência e do carácter puramente documental do seu trabalho, reforçando a impressão de espontaneidade e naturalidade das imagens realizadas.

Ao mostrarem o funcionamento otimizado das novas fábricas, estas fotografias anunciam a nova ordem fabril idealizada e

necessitada pela emergência de um novo tipo de observador. Este, o empresário capitalista, reencontra nas fotografias industriais uma expressão metafórica das vantagens económicas e políticas que retira da racionalização e do ordenamento da fábrica. “O observador auto-consciente: o homem que não está apenas a olhar para a terra mas que é consciente de que o está a fazer, como uma experiência em si, e que preparou modelos e analogias sociais importados de algum lado para apoiar e justificar essa experiência: é esta a figura que temos que procurar: não um tipo de natureza mas um tipo de homem” (Williams 1975: p.121). A possibilidade de emergência histórica de uma relação onnipotente e omnisciente com o espaço fabril, que é suposto as fotografias registarem e esclarecerem, está relacionada com a concentração económica e as possibilidades técnicas que permitiram aos capitalistas industriais apropriarem-se racionalmente da materialidade e das representações da fábrica e do trabalho fabril, quer dizer, produzir fábricas racionais e fotografias com uma perspectiva racional.

Estas representações naturalistas e purificadas cristalizam uma forma de percepção da fábrica “moderna” que corresponde à “estrutura de sentimento” desse grupo social particular que visa o enquadramento racional e disciplinar do processo de trabalho. A invenção de uma relação contemplativa com o espaço fabril é a manifestação e a celebração do ponto de vista daqueles que possuem interesse em efectivar uma relação de racionalização e controlo sobre o espaço fabril e que podem manter uma relação de fruição estética dos panoramas fabris. “O sentimento da natureza – escreve Jean-Claude Chamboredon - é uma maneira de pensar, no modo neutralizado ou dissimulado, as relações sociais” (Chamboredon 1973: 30). Este efeito

---

de realidade é o resultado maior de uma operação de transmutação simbólica patente nas fotografias industriais: a sublimação das relações sociais na produção e das relações sociais de produção.

#### ***4. Conclusão. As fotografias como operação de neutralização da dominação fabril e como utopia da fábrica racional.***

Primeiro, um ponto de vista absoluto e exterior, onisciente do campo visual e dirigido para o infinito, criando, dessa maneira, um espaço homogêneo submetido a regras rígidas. Segundo, a fixidez do movimento, congelando o instante e situando a ação fora do tempo. Terceiro, o esvaziamento do “factor humano”, que soleniza a fábrica “pura”, mostrando a aparelhagem mecânica como intrinsecamente interessante. A invenção pelos fotógrafos industriais de uma tal atitude contemplativa para com o espaço fabril, manifesta e celebra o ponto de vista daqueles que não só têm interesse em concretizar a racionalização e o controlo da fábrica, como também têm uma postura de fruição e idílio perante a fábrica, vendo-a de um posto de observação que, mesmo quando está fisicamente próximo, é socialmente distinto dos operários.

A fotografia é a expressão metafórica da relação especial dos proprietários com a fábrica, uma relação planeada porque está orientada de acordo com o cálculo destinado a maximizar a utilização económica do equipamento e do trabalho e porque visa uma observação detalhada e precisa que reduz a fábrica a um plano ordenado e racional. Esta racionalização do espaço fabril por via pictórica acompanha os discursos industrialistas contemporâneos. Não

por acaso, são concomitantes a impessoalização da representação do trabalhador mostrada nestas fotografias e a progressiva formalização e individualização do enquadramento do trabalho e do trabalhador (fichas de produção e prémios, contratualização e procedimentos de contratação, normas de segurança e higiene, etc.). A correlação entre as propriedades do espaço pictórico dos fotógrafos e as propriedades do espaço mental dos dirigentes empresariais é evidente nas parencas existentes entre as fotografias dos anos 50 e 60 e as estratégias de difusão dos processos de organização racional das fábricas do Porto dessa altura. Estas fotografias são, assim, como que versões explícitas de visões implícitas.

Por outro lado, estas fotografias, que, ao neutralizarem a representação de certas ocorrências fabris, como o sofrimento, a revolta ou a exploração, conduzem a uma sublimação da situação histórica vigente, são também a projecção de uma operação massiva de assepsia dos corpos, espaços e comportamentos. Entre a representação espacial produzida pela mirada reguladora (em sentido económico e fotográfico), que implica uma ordenação sistemática do espaço, e a experiência imediata da fábrica embrenhada no olhar “ingénuo” e “espontâneo” dos operários há toda a distância que vai do “espaço conceptualizado” ao “espaço vivido”. Aparentemente, estes são trabalhadores moralizados, abstémios nos consumos e nos gestos; competentes e dedicados; incansáveis; limpos; conformistas e resignados, se não satisfeitos; fisicamente incorruptíveis e impecáveis. Todos são fotografados totalmente absorvidos no seu trabalho. Todos parecem conscienciosos e zelosos. A autoridade pode permanecer latente, invisível, simplesmente porque os corpos dóceis dos trabalhadores não

---

requerem sequer a sua intervenção. De facto, todos os trabalhadores parecem ter infusa a ética do trabalho industrial procurada e propagada pelos dirigentes empresários e pelas instituições estatais (campanhas de prevenção, escolas técnicas, etc.). As fotografias revelam-se estereótipos que parecem confirmar que trabalhar na fábrica era exactamente o que previa a administração. Estes trabalhadores são exemplares, primeiro porque representam o modelo ideal pressuposto pela organização racional do trabalho, depois, porque se destinam a funcionar como exemplos pedagógicos, morais e profissionais. O modo ortodoxo (“the one best way”) de racionalização do espaço fabril e do processo de produção está projectado aqui, juntamente com os trabalhadores que lhe convêm e que o merecem.

---

## ***A Insuficiência da Resposta do Estado:***

A AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA AOS OPERÁRIOS  
DURANTE A I REPÚBLICA (1910–1926)

---

### ***I. Introdução: assistência e beneficência nas vésperas da I República***

Nesta abordagem às questões em torno da assistência e beneficência pública e privada a análise a realizar clarifica-se conhecendo o seu enquadramento institucional e político ainda na Monarquia Constitucional. De facto, as primeiras tentativas de intervenção do Estado em matéria de assistência globalmente considerada iniciaram-se após a vitória liberal na Guerra Civil (1828–1834) logo em 1835, com a criação do Conselho Geral da Beneficência por Decreto de 6 de Abril desse ano, onde se reconhece a necessidade de proteger os indigentes. Na saúde e higiene pública foram dados alguns passos prévios na melhoria da sua situação antes da institucionalização do regime republicano: em 1836 foi instituído o Conselho de Saúde Pública e a rede de delegados (nos distritos), subdelegados (nos municípios) e regedores (nas paróquias) de Saúde dependentes daquele órgão. Em 1851, o Hospital de S. José foi retirado da tutela da Misericórdia de Lisboa sendo atribuído à tutela pública, à imagem do que já acontecia com os Hospitais da Universidade de Coimbra. O Decreto de 22 de Junho de 1870 centralizou os serviços hospitalares e atribuiu-lhes



valências sanitárias, de vacinação e de ensino médico. No domínio da saúde e higiene pública mencionem-se ainda os Decretos de 4 e 28 de Dezembro de 1899 que, respectivamente, criaram a Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública sob tutela do Ministério do Reino e o Instituto Central de Higiene. Associado a estas instituições foi criado um fundo de beneficência pública no sentido de combater o flagelo social que era a tuberculose e foi criada a Assistência Nacional aos Tuberculosos, financiada pelo Estado. Cabia-lhe o financiamento da rede hospitalar, cobrindo as despesas com os indigentes através dos municípios, já que todos os outros cidadãos arcavam com todas as despesas nos hospitais.

A situação neste sector em 1910 apresentava 243 unidades hospitalares no país, sendo a grande maioria da responsabilidade da Igreja e das Misericórdias. Porém, cabia ao Estado a administração das unidades mais modernas e bem apetrechadas como o Hospital Real de São José e Anexos, que até 1910 contava oito unidades hospitalares em Lisboa (Hospital de São José, Hospital de São Lázaro, Hospital de Rilhafoles, Hospital do Desterro, Hospital Estefânia, Hospital de Arroios, Hospital do Rego, Hospital de Santa Marta). Completavam esta tutela directa o Instituto Bacteriológico *Câmara Pestana*, o Instituto Central de Higiene, o Instituto Oftalmológico e a Escola de Medicina Tropical em Lisboa, para além de seis estabelecimentos no Porto e os Hospitais da Universidade de Coimbra. A grande maioria das unidades do país só com muita benevolência podia designar-se de hospital, uma vez que correspondia mais a um dispensário ou posto clínico mal equipado, com um quadro clínico diminuto e prestando cuidados de má qualidade. Serviam sobretudo os pobres e indigentes,

uma vez que as restantes camadas populacionais recorriam à medicina privada, sempre que podiam arcar com as suas despesas.

Até à implantação da República em 1910 são também dignas de registo nesta área a inclusão das políticas da assistência pública na dependência directa da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino em 1868 e a criação do Conselho Superior de Beneficência Pública e a Repartição da Beneficência destinados a organizar a assistência domiciliária e aos alienados (Serrão 1992, 235; Almeida 1997, 69–71).

O enquadramento deste sector ficava a cargo da Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública, reformulada após o Decreto de 4 de Dezembro de 1899, tutelando uma Repartição de Saúde e a já citada Repartição de Beneficência. Através deste organismo, o Estado acompanhava a direcção das misericórdias e dos seus hospitais ou dispensários, da Casa Pia de Lisboa e dos recolhimentos. Desde a Monarquia Constitucional, portanto, as separações entre as tutelas da saúde e higiene pública, por um lado, e as da assistência e beneficência, por outro, ficaram asseguradas através do modelo de subordinação pública e de acompanhamento às instituições do foro privado.

## ***II. A I República Portuguesa: os indigentes e os operários – mudança no modelo e não no acesso***

Durante a I República (1910–1926), a Constituição Política da República Portuguesa de 1911 reconheceu «o direito à assistência pública» (Artigo 3.º, n.º 29.º) que, aliás, provinha já da Carta Constitucional da Monarquia Constitucional (1834–1910), embora redigida de forma um tanto mais vaga (Artigo 145.º, § 29.º: «A Constituição também garante os socorros públicos»). Ou seja, durante o período

em análise, os cidadãos portugueses não beneficiavam de direitos políticos e sociais universais, antes sendo apenas reconhecido aos pobres e indigentes o direito à assistência pública, ou seja àqueles cuja situação física e intelectual os impossibilitasse de desempenharem qualquer actividade profissional obtendo dela o seu rendimento. Só aqueles que assim fossem reconhecidos, à luz dos princípios vigentes da sociedade e da ordem estabelecida de recusa e repressão da mendicância e ociosidade, poderiam usufruir do benefício da assistência pública gratuita. Assim, todos os restantes, qualquer que fosse o seu rendimento, teriam sempre de pagar o seu acesso às instituições de saúde, ou recorrer aos esquemas de socorros mútuos existentes entre os trabalhadores. Por isso era usual que todos os que pudessem custear tais serviços recorressem à chamada de médicos à sua própria residência, ou utilizassem os quartos particulares de que dispunham os Hospitais Cívicos de Lisboa, evitando permanecer nas enfermarias de utilização colectiva pelos doentes, na sua grande maioria pobres.

Numa análise ao proletariado urbano em Portugal nestes anos é impossível olvidar o número relativo aos indigentes, indivíduos sem meios de subsistência e que constituiriam o alvo prioritário da Assistência Pública gizada oficialmente já sob a República: nesse contexto compreendiam-se os denominados *vadios* e vagabundos sem profissão, tal como marginalizados de qualquer ordem e que pelos números do Censo Populacional de 1911 ascendiam a 122.404 portugueses previsivelmente num estado de despojamento material bastante acentuado e sobrevivendo à custa de instituições como os Asilos, os Albergues Nocturnos, os Balneários Públicos, as Cozinhas Económicas e as Sopas de Caridade das Misericórdias entre outras. Em Lisboa,

---

esses indivíduos totalizavam cerca de 3.400 indigentes por volta de 1908, número que não parou de crescer e se acentuou grandemente com a situação de guerra que acarretou o aumento do custo de vida em flecha e a deterioração das suas já precárias condições de vida (Marques 1991, 217–218; Reis 1996, 208–210).

Após a preparação do diploma, era publicada a chamada *Lei da Assistência*, por intermédio do Decreto, com força de lei, de 25 de Maio de 1911. Na introdução ao diploma é afirmado que a assistência pública em Portugal era uma realidade rudimentar, mas que necessitaria sempre de levar em linha de consideração as diferentes formas especiais em que o socorro da sociedade aos indigentes foi sendo facultado ao longo do tempo. Logo aí há uma delimitação clara de que a assistência pública se destina aos pobres, ou seja àqueles que comprovadamente não detinham quaisquer meios de subsistência, designadamente por via de uma actividade laboral. O legislador declarava que fixar-lhe linhas gerais de orientação seria primordial no sentido do desenvolvimento da assistência pública no País, antevisto como lento e progressivo. Assim, como objectivos gerais a atingir o Governo Provisório da República Portuguesa fixava: a descentralização dos diferentes serviços a prestar no sentido de atingir uma eficácia maior e mais rápida; a centralização da sua direcção no sentido de melhorar a sua fiscalização; a diminuição das suas despesas gerais; a garantia de fornecimentos às instituições em condições preferíveis. Por outro lado, assumia-se que o problema da pobreza não seria resolvido com esta reforma dos serviços da assistência pública, mas a mendicidade deveria ser eliminada mediante o sucesso obtido com esta remodelação. Afirma-se ainda que o velho hábito da prática da esmola iludia o

facto de o problema de fundo ser a criação de trabalho para resolver o problema da mendicidade. Assume-se também que as características dos pedintes portugueses só atestavam na realidade o atraso, a passividade e a inércia do Estado português, reflectindo a ausência de solidariedade social e a ausência de previdência. Assim, o legislador assume que a pobreza só poderia ser erradicada quando a criação da riqueza permitisse a sua distribuição a níveis que posteriormente possibilitassem a tributação por impostos que facultassem o aumento das despesas públicas, mas a níveis não vexatórios e que não incidissem sobre os níveis de subsistência da população. Também se afirma que a mendicidade não seria nunca resolvida apostando apenas numa óptica punitiva e enquanto não se comprovasse no seio social o carácter contraproducente da prática da esmola. Cometia-se a Lisboa o essencial desta reforma, entendendo-se que ao definir este sistema de assistência pública o Estado adquiria o direito de reprimir a mendicidade porque passava a não deixar desamparados os verdadeiros indigentes. Entendia-se a Direcção-Geral de Assistência como o organismo público indicado para a organização e administração das diferentes instituições, mas também a sua fiscalização através de um cadastro geral que obviasse à existência de fraude e favorecimentos de qualquer ordem no seio deste sistema. Ou seja, entendia-se que a administração e fiscalização deviam ficar confiadas a esse organismo tutelado pelo Ministério do Interior, enquanto a fiscalização e a distribuição dos serviços de socorro aos indigentes seriam garantidos por comissões a nível distrital e local: as cidades de Lisboa e Porto, como grandes centros urbanos teriam nas suas comissões o grau de autonomia indicado para atender a esses objectivos. Por outro lado,

---

o Fundo Nacional de Assistência concentraria os montantes disponíveis para a aplicação aos serviços, não onerando de forma exagerada os contribuintes nacionais. Por último, anunciava-se que a segregação dos indigentes era também combatida, assim como a prática da esmola (Imprensa Nacional 1911, 2130).

No articulado legislativo, destaca-se o facto da assistência de cariz privado ficar enquadrada por esta legislação, considerando-se mesmo ser essencial o seu contributo para serem atingidos os objectivos anunciados. As instituições de cariz privado ficavam obrigadas a consultar o Estado para poderem aceitar legados e doações, assim como anualmente deviam enviar os relatórios da actividade de assistência realizada e os orçamentos e contas da gerência do ano económico antecedente, que igualmente careciam de aprovação superior. Também a nível de saúde pública as instituições de beneficência privada ficavam sobre o controlo directo do Ministério do Interior por intermédio da Direcção-Geral de Assistência. Esta ficava com a tutela do expediente, da informação e da administração da assistência, herdando todas as competências que desde 9 de Fevereiro de 1911 estavam confiadas à acção da 2.<sup>a</sup> Repartição da Direcção-Geral de Administração Política e Civil: organização, administração, fiscalização, cadastro, informações e estatística da assistência pública e privada em Portugal.

O Conselho Nacional de Assistência Pública tinha como incumbência gerir o Fundo Nacional de Assistência e coordenava a assistência pública e privada, quer através da reforma dos seus serviços, quer através da revisão da sua legislação. No caso da cidade de Lisboa, todos os serviços administrativos de assistência seriam conjugados numa única entidade, a Provedoria Central de Assistência de Lisboa,

estando subordinada ao Ministério do Interior pela Direcção-Geral de Assistência. Competia-lhe a centralização de todos os serviços administrativos dos estabelecimentos e instituições de assistência pública. Dessa forma dirigiria e administraria económica e financeiramente os serviços de assistência pública, podendo também criar novos serviços e empreender obras de conservação e beneficiação se tal fosse entendido como conveniente. Devia ainda arrolar as famílias disponíveis para os cuidados aos idosos e menores desvalidos através de uma pensão. Nessa função tornava-se imperioso aquilatar as condições económicas, de habitabilidade e salubridade dos domicílios e a idoneidade moral dessas famílias. Esses jovens deveriam obrigatoriamente frequentar a escola primária, algo que o Estado vigiaria junto das famílias de acolhimento, aconselhando-se a aprendizagem de trabalhos oficiais e agrícolas. Era ainda criada uma Comissão Central de Assistência, que superintendia todas as instituições e serviços de assistência oficial da região de Lisboa, exceptuando os estabelecimentos dependentes directamente do Ministério do Interior, sendo ainda da sua responsabilidade a ligação entre as assistências pública e particular. As juntas de paróquia deviam também emitir atestados de pobreza para admissão de indigentes nos hospitais e instituições de beneficência. Eram ainda criadas: a Comissão da Assistência Pública do Porto com funções similares da Provedoria em Lisboa; as Comissões Distritais de Assistência; as Comissões Municipais de Assistência (Imprensa Nacional 1911, 2130–2133). O Fundo Nacional de Assistência era composto: por um valor atribuído anualmente no Orçamento de Estado; por um imposto especial nas tarifas da via-férrea; pelo rendimento de uma estampilha especial Assistência no

valor de 10 réis no serviço postal e 20 réis no serviço telegráfico, nos dias 24, 25, 26 e 30 de Dezembro, 1 e 2 de Janeiro, 4 e 5 de Outubro e no dia da comemoração da promulgação da Constituição; por metade do valor dos espólios que revertiam para o Estado; pelo valor de 1% sobre as doações em favor de ascendentes ou descendentes; pelas doações ou legados de beneficência; pelas contribuições voluntárias e receitas de subscrições ou espetáculos públicos organizados para o efeito; por quaisquer outras receitas estabelecidas por lei.

Nos anos posteriores, até à reforma dos serviços de assistência em 1919, foi-se tornando cada vez mais clara a premência da procura de libertação de espaço nas instituições públicas e particulares de assistência, tal como o acompanhamento mais eficaz do acolhimento familiar no caso das crianças outrora internadas em asilos. No contexto do após Primeira Guerra Mundial, Portugal conheceu um amplo movimento legislativo à semelhança do vivido durante a vigência do Governo Provisório, e após a experiência de Sidónio Pais à frente do Estado e Governo. Dessa forma também a assistência pública e privada foram reestruturadas, através do Decreto n.º 5640, de 10 de Maio de 1919 que criava e organizava o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (ISSOPG) no Ministério do Trabalho. Tinha a seu cargo a superintendência, administração, execução e fiscalização de todas as leis, decretos, regulamentos e instruções para o exercício dos seguros sociais obrigatórios e industriais e de todos os ramos de previdência, assistência e beneficência, nos termos da legislação vigente. Tinha uma administração autónoma e deliberativa exercida por um Conselho de Administração de onze vogais, sob presidência do ministro do Trabalho e de vice-presidência do seu



vogal e administrador-geral. Da sua dependência ficava a Direcção dos Serviços da Tutela dos Organismos da Assistência Pública e Beneficência Privada e a Direcção dos Serviços da Inspeção, Estatística e Cadastro da Assistência. Sob a sua tutela ficava também o Conselho Nacional de Assistência Pública (Imprensa Nacional 1919, 1047–1060). Da sua orgânica resultava uma estrutura pesada e onerosa, com 220 funcionários distribuídos pelo quadro interno, 42 integrados no quadro externo, 18 no quadro do pessoal subalterno e auxiliar, para além dos contratados destacados a nível concelhio, que chegavam a 600 funcionários. O seu financiamento ficaria dependente do lançamento de um imposto sobre as instituições financeiras, sendo 2% sobre os prémios cobrados pelas seguradoras nacionais, 3,5% sobre seguradoras estrangeiras e de 1,5% sobre o capital das sociedades bancárias, excluindo as que dispunham de caixas de pensões privativas. O Estado suportava a totalidade das despesas com o pessoal interno e externo durante cinco anos e, depois desse período, até 50% do seu montante. Este Instituto haveria de alterar a sua denominação para Instituto Nacional de Seguros e Previdência em 1928, mantendo-se até 1933. O novo sistema de seguros sociais passava a incluir como beneficiários o universo dos assalariados com rendimento inferior a 900\$00 anuais, o que correspondia ao operariado e aos empregados de menores recursos. O ministro do Trabalho, Augusto Dias da Silva, chegou a afirmar em 1919 que cabia às Bolsas Sociais de Trabalho o papel de regularização do trabalho, sobretudo ao nível do recenseamento da população trabalhadora e da própria situação profissional por sector, tal como para os seguros sociais assegurava que o patronato teria de contribuir para o fundo de cobertura dos seguros.

Até ao golpe de 28 de Maio de 1926, existiria ainda uma nova reforma dos serviços de assistência resultante da extinção do Ministério do Trabalho, pelo Decreto n.º 11 267, de 25 de Novembro de 1925. Através desta reestruturação, os serviços de assistência voltavam ao Ministério do Interior, nomeadamente a Direcção-Geral de Assistência, que voltava a deter a tutela da Provedoria Central de Assistência de Lisboa, da Casa Pia de Lisboa, da Misericórdia de Lisboa, dos Hospitais da Universidade de Coimbra e do Hospital de D. Leonor das Caldas da Rainha. Também o Conselho Nacional de Assistência e a Direcção-Geral dos Hospitais Cíveis de Lisboa ficavam sob tutela do Ministério do Interior (Imprensa Nacional 1925, 1619–1627).

### ***III. Conclusões***

Analisando a assistência pública numa perspectiva global, cremos ser plenamente justificada a aceção de que, apesar de um novo modelo implementado durante a vigência da I República, com as suas sucessivas revisões legislativas, o seu carácter supletivo e deficitário imperou entre 1910 e 1926. Por um lado, nunca no plano teórico e ideológico os dirigentes dos executivos republicanos superaram o princípio do direito à assistência pública – na linha, aliás, da garantia de socorros públicos, ainda que redigida de forma mais vaga, do período da Monarquia Constitucional – confinado aos que comprovadamente não tivessem meios de subsistência através de uma actividade laboral. Assim, todos os trabalhadores ficavam excluídos do direito de acesso gratuito à assistência pública, apenas lhes restando as associações de socorros mútuos para puderem garantir o seu futuro em situações de acidente de trabalho, doença, velhice, invalidez e morte. No acesso aos

cuidados de saúde também lhes era exigido o pagamento das quotas de internamento nos hospitais, assim como nos postos dispensários ou hospitais das misericórdias espalhados por todo o país. Ou seja, durante o período em análise, os cidadãos portugueses não beneficiavam de direitos políticos e sociais universais, antes sendo apenas reconhecido aos pobres e indigentes o direito à assistência pública, ou seja àqueles cuja situação física e intelectual os impossibilitasse de desempenharem qualquer actividade profissional obtendo dela o seu rendimento. Só aqueles que assim fossem reconhecidos, à luz dos princípios vigentes da sociedade e da ordem estabelecida de recusa e repressão da mendicidade e ociosidade, poderiam usufruir do benefício da assistência pública gratuita. Todos os restantes, qualquer que fosse o seu rendimento, teriam sempre de pagar o seu acesso às instituições de saúde, ou recorrer aos esquemas de socorros mútuos existentes entre os trabalhadores. Ainda assim, com a implementação do sistema de seguros sociais obrigatórios, a situação alterou-se, pelo menos no plano legislativo, ainda que apenas para os sectores com mais reduzidos rendimentos entre a força de trabalho portuguesa. No entanto, a não concretização plena do sistema continuou a excluir da integração em qualquer sistema de previdência social uma parte importante dos trabalhadores portugueses no período.

Por isso, pensamos ser adequado o entendimento de que o regime da I República não se afastou do perfil de um Estado liberal, com previdência social diminuta baseada na verificação de meios e direccionada às classes trabalhadoras de rendimentos mais reduzidos a que se reconhecia um estigma social assumido e preciso, tal como no plano da assistência pública se mantiveram os pressupostos de

atendimento apenas aos pobres, que atestavam a sua condição pela inexistência de meios para se sustentarem. Através dessa política o Estado encorajava o mercado, quer pela atribuição de um subsídio mínimo, quer subsidiando as seguradoras privadas, como de facto aconteceu com os seguros nas situações de acidente de trabalho. O seu âmbito nunca poderia ser muito mais alargado. Por outro lado, a política do Estado manteve-se particularmente repressiva relativamente ao problema da mendicidade, sobretudo nos meios urbanos. Parece-nos também que, tal como demonstrámos, são várias as continuidades mantidas e que a mudança da Monarquia para a República não alterou nesta matéria, ainda que a laicização dos serviços de assistência se tenha associado a uma planificação mais centralizada de todo o sector, e à tentativa de recusar a feição caritativa que a beneficência mantinha de forma vincada durante o período da Monarquia Constitucional.



---

## *Histórias de Desapossamentos*

---

Os quatro textos deste capítulo «Trabalho. Técnicas, práticas e políticas do trabalho operário» têm como ponto comum a descrição de processos de desapossamento dos trabalhadores. Mesmo se a industrialização e a formação social portuguesas apresentam singularidades, estes processos, com intensidade e formas variáveis, encontram-se no mundo ocidental durante o século XIX e XX.

Desapossamento do domínio do tempo, em primeiro lugar, com a implantação em certas fábricas de dispositivos relacionados com a Organização Científica do Trabalho como se lê no texto de Ana Carina Azevedo. Com a racionalização dos processos produtivos, a introdução dos cronómetros, a imposição de cadências, a mecanização, a retribuição à tarefa e a competição organizada entre os trabalhadores, os operários encontram-se numa permanente e exaustiva corrida contra o tempo. Os operários devem atingir metas num período delimitado, sob pena de perderem parte dos seus parcos rendimentos. Estes processos ditos de racionalização permitem aos proprietários das fábricas de imporem o seu ritmo, o seu tempo, aos trabalhadores, e mais precisamente, aos corpos dos trabalhadores. Esta imposição do ritmo temporal é uma forma de poder ao qual os trabalhadores tentaram resistir. Nas plantações, uma das “armas

dos fracos”<sup>1</sup> usada pelos escravos para tornar as condições de trabalho um pouco menos difíceis era trabalhar mais lentamente, tentar impor um ritmo de trabalho menos esgotante. No início do século XIX, em Inglaterra e pela Europa fora, movimentos luddistas quebravam máquinas. Segundos os artesãos e trabalhadores que participavam nestas acções, as máquinas tiravam trabalho e transformavam a temporalidade do trabalho<sup>2</sup>. Parte das novas máquinas destruía o trabalho ao domicílio (*domestic system*) e tornava impossível a articulação do trabalho agrícola e industrial que muitos núcleos familiares realizavam em função do ritmo das temporadas ou dos dias. Mas os movimentos luddistas não impediram a multiplicação das fábricas onde muitos trabalhadores perderam o domínio do tempo. Na fábrica, sobretudo com a taylorização, é a máquina que impõe o seu ritmo, ritmo que é muitas vezes decidido pela direcção. Contramestres vigiam as cadências dos trabalhadores e assinalam os mais lentos. No entanto, mesmo nas fábricas onde se implementa o trabalho em cadeia, trabalhadores tentam não ser dominados pelo ritmo que lhes é imposto. Alguns, graças à agilidade e à perícia, conseguem seguir o ritmo e mesmo ganhar alguns segundos em cada gesto, segundos que podem ser convertidos numa pequena pausa, num sentimento de satisfação por não ser controlado pela máquina mas de ter a ilusão

1 James Scott, *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven, Yale University Press, 1985.

2 Ver François Jarrige, « Le luddisme, refus de la mécanisation », in Michel Pigenet, Danielle Tartakowsky (dir.), *Histoire des mouvements sociaux en France de 1814 à nos jours*, Paris, La Découverte, 2012, pp.69–78.

de controlá-la. Estas formas de resistências, que não remetem em causa a ordem da fábrica, mostram uma outra forma de desapossamento implicado pela taylorização: a desclassificação do saber-fazer dos operários qualificados e dos artesãos e a fragmentação do trabalho. Uma das consequências da mecanização do trabalho industrial em muitos sectores é de tornar irrelevante os saberes, as qualificações, a “inteligência da mão”<sup>3</sup> que artesãos e alguns operários possuíam. A mecanização desqualifica parte do trabalhadores (mas torna a existência de alguns trabalhadores qualificados necessários) que apenas realizam uma tarefa fragmentária e se tornam mais facilmente intercambiáveis. Neste sentido, os processos de racionalização do trabalho inscrevem-se no desejo do patronato português em combater o movimento operário que desde o fim do século XIX e sobretudo na primeira República tinha nos trabalhadores qualificados e artesãos os seus principais actores e dirigentes<sup>4</sup>. A Organização Científica do Trabalho tem assim como objectivo de desapossar os trabalhadores das suas qualificações, dos seus conhecimentos, da sua ética do trabalho, tornando-os meros agentes facilmente substituíveis. No entanto, não se pode esquecer que até os anos 1960 – e mesmo depois – parte substancial da indústria portuguesa assemelhava-se a um “tipo de

3 Trabalhos recentes sobre o trabalho manual põem em relevo a «inteligência da mão», ver Richard Sennett, *The Craftsman*, New Haven, Yale University Press, 2009; Matthew Crawford, *Shop class as soulcraft. An inquiry into the value of work*, New York, Penguin Press, 2009.

4 Ver Marinus Pires de Lima, «Notas para a história da organização racional do trabalho em Portugal (1900–1980) – alguns resultados preliminares de uma investigação em curso», *Análise Social*, nº72-73-74, 1982, pp. 1299–1366.

manufacturas que a civilização europeia banuiu há dois séculos”<sup>5</sup>. Muitos industriais portugueses não baseavam os seus lucros sobre uma racionalização da produção mas sobre a utilização de uma mão-de-obra pouco remunerada, com poucos direitos políticos, sindicais e sociais e sobre uma protecção perante a concorrência externa por via de importantes pautas aduaneiras e perante a concorrência interna com o sistema do condicionamento industrial.

Vanessa de Almeida relata um terceiro desapossamento: o “desapossamento pela delegação”<sup>6</sup>. Na empresa e mais geralmente no campo político, os operários, porque carecem de capital cultural, económico e social e de tempo livre, não se exprimem de maneira autónoma. O operariado é um grupo sem voz: “no espaço público, os operários são falados mas quase não podem falar”<sup>7</sup>. Indivíduos e organizações falam pelos operários. Os que pretendem falar em nome dos operários, muitas vezes, têm os seus próprios interesses, que não são totalmente coincidentes com os interesses dos supostos representados. Em vários países da Europa Ocidental, no século XX, partidos falaram pelos operários, principalmente os Partidos Comunistas. Nestes partidos, os operários eram eleitores, militantes, funcionários

5 José Ferreira Dias, *Linhas de Rumo I e II e outros escritos económicos*, vol. 3, Lisboa, Banco de Portugal, 1998, p.216.

6 Pierre Bourdieu, «La représentation politique», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº36–37, 1981, pp.3–24, p.3.

7 Julian Misch, «Em nome dos operários. Que representação política das classes populares», in Bruno Monteiro, Virgílio Borges Pereira (eds), *A política em estado vivo. Uma visão crítica das práticas políticas*, Lisboa, Edições 70, 2013, pp.221–235, p.224.



e, por vezes, dirigentes. Estes Partidos Comunistas permitiram, nalguns períodos, a alguns operários de aceder a cargos públicos e constituíram uma “empresa de subversão das regras do jogo político”<sup>8</sup> que até então impediam aos operários de participarem activamente no campo político. Porém, estes partidos nem sempre representavam toda a diversidade do mundo operário. No caso do Partido Comunista Francês, os trabalhadores imigrantes, as mulheres, os trabalhadores menos qualificados eram pouco representados e presentes no partido. Eram principalmente os trabalhadores qualificados inseridos em grandes empresas que tinham um grande peso no partido. Além disso, o partido podia ter interesses políticos, financeiros ou organizativos que se sobrepunham aos interesses dos operários.

O caso apresentado por Vanessa de Almeida tem no entanto especificidades. À diferença dos países democráticos da Europa ocidental, em Portugal, nos anos 1960, parte substancial dos operários não vota e o movimento operário tinha sido destruído pela ditadura nos anos 1930. O principal partido que pretendia representar o operariado era sistematicamente perseguido e os seus militantes viviam na clandestinidade, no exílio ou na prisão. Os dirigentes dos sindicatos nacionais eram estreitamente vigiados pelas autoridades que temiam o “entrismo sindical” de oposicionistas e mais particularmente de militantes do PCP. O papel dos sindicatos na protecção

8 Julian Mischi, *Servir la classe ouvrière. Sociabilités militantes au PCF*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2010, p.11.

dos trabalhadores, sem ser completamente nulo<sup>9</sup>, era reduzido. O sistema corporativo pouco representava os trabalhadores que eram desapossados de qualquer verdadeira representação: ele era sobretudo um meio de preencher o vazio criado pela destruição dos sindicalismo livre e defendia principalmente os interesses do patronato. No entanto, certos grandes grupos económicos, que possuíam várias empresas em sectores diversificados, desenvolveram uma política paternalista. Esta acção tinha sobretudo o objectivo de disciplinar e fixar uma mão-de-obra com qualificações e obviar umas das raras armas que tinham os trabalhadores perante o patronato: mudar de emprego indo para outra empresa ou emigrando. As iniciativas da CUF descritas pela Vanessa de Almeida não significavam que os trabalhadores tinham direitos e eram cabalmente representados: as melhorias eram outorgadas para melhor disciplinar os trabalhadores. A metáfora da família<sup>10</sup> usada pela direcção CUF demonstra bem a dimensão pouco democrática da sua política paternalista. Com efeito, a imagem da família serve para naturalizar um poder autoritário. Na família, o pai manda e os filhos (e a mulher) obedecem, sem legitimidade para contestar a dominação do pai. O pai pode ser bom mas nunca é escolhido pelos filhos num processo eleitoral.

Além de serem desapossados da gestão do tempo, dos seus saberes, da expressão da sua visão do mundo e dos seus interesses, os

9 José Barreto, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar», *Análise social*, n.º125–126, 1994, pp.287–317.

10 Ver Rémi Lenoir, *Généalogie de la morale familiale*, Paris, Seuil, 2003

trabalhadores podem ser desapossados da sua imagem, do poder de se representarem. Bruno Monteiro ilustra com subtileza como as fotografias tiradas nas fábricas e encomendadas pelos industriais tornam invíveis o ponto de vista dos trabalhadores. O que conta nestas fotografias, são as máquinas, a representação do progresso e da ordem. Estas fotografias e as publicações onde elas são reproduzidas inscrevem-se na lutas entre as várias fracções das elites da sociedade portuguesa, lutas de classificação e lutas para impor a sua visão do mundo ao Estado e ao resto da sociedade. Com estas representações, os industriais querem rebater a propaganda difundida pelo regime que punha sobretudo em relevo o mundo rural. Nestas fotografias, a indústria não é o universo da desordem, do sujo, da obscuridade, da subversão com grande parte das elites conservadoras advogava: é um espaço ordeiro, limpo, claro, moderno e produtivo. Porém, nesta luta no seio das elites – a burguesia agrária vai perder a hegemonia cultural que detinha apenas no fim dos anos 1960<sup>11</sup> – os trabalhadores são apenas sujeitos, não são actores. Estas fotografias não são tiradas do ponto de vista dos trabalhadores. A subjectividade dos trabalhadores é inexistente. A dureza do trabalho, os sofrimentos físicos suportados, a agilidade dos trabalhadores, a solidariedade e a camaradagem entre os operários, as pequenas resistências quotidianas nunca aparecem nestas imagens. Fotografias tiradas pelos próprios trabalhadores teriam dado um retrato bem diferente destas fábricas: as fábricas tornar-se-iam um espaço de trabalho, de

11 Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974–1988)*, Porto, Afrontamento, 1990, p.18.

resistências e de lutas, de camaradagem, de provação física, de cansaço, de aborrecimento. Os operários, numa “apresentação de si”<sup>12</sup>, poderiam ter transmitido uma imagem deles – conformando-se porém às expectativas de outras pessoas exteriores ao universo da fábrica (a família, os vizinhos, etc.) – que os valorizassem (a representação da agilidade, do domínio da máquina). Porém, restam-nos poucos retratos fotográficos desta visão da fábrica e do trabalho operário, prova do desapossamento simbólico do que foram vítimas os operários.

Finalmente, o texto de David Pereira evoca, nas suas entrelinhas, outro processo de desapossamento que se desenvolveu com a industrialização: a massificação do trabalho assalariado, isto é, do proletariado. O proletário é aquele que apenas possui a sua força de trabalho e a sua prole. Uma das características do proletário é de não ter a propriedade dos meios de produção : não é dono da terra que trabalha, não é dono das máquinas com as quais trabalha. Na Europa ocidental, a massificação do assalariamento na indústria criou a “questão social”. Os assalariados, apesar de trabalharem muito, não ganhavam o suficiente para (sobre)viver. Uma massa de proletários pobres ameaçava a ordem com insurreições e revoluções. Na segunda parte do século XIX, vários governos europeus tentaram encontrar uma solução a este problema, além das práticas paternalistas desenvolvidas por alguns industriais. Nas palavras de Robert Castel, para proteger os assalariados, inventou-se a “propriedade social”: a propriedade social oferece

12 Erving Goffman, *La mise en scène de la vie quotidienne. 1. La présentation de soi*, Paris, Minuit, 1973.

protecções sociais (acesso à bens e serviços sociais) que “anteriormente apenas eram dados pela propriedade privada”<sup>13</sup>. Mas o desenvolvimento da propriedade social e mais geralmente do Estado social (ou do Estado providência) é mais tardio em Portugal. Para alguns autores, o Estado providência nasce apenas depois do 25 de Abril 1974 em Portugal. O processo que descreve David Pereira inscreve-se principalmente na vontade antiga das autoridades em controlar os pobres, aqueles que não trabalham mas que podiam fazê-lo, e assistir os indigentes, aqueles que não podem trabalhar. Desde 1834, e sobretudo no período republicano, o Estado pretende tirar à Igreja o papel que esta instituição tinha na assistência desde o período medieval. Mas estas iniciativas<sup>14</sup> não se assemelham à construção de um Estado social num país onde grande parte da população ainda vive no campo, precariamente protegida pelas solidariedades familiares e de vizinhança e pela propriedade de pequenas superfícies de terra.

Estes quatro textos oferecem pistas para o desenvolvimento de outros estudos sobre a industrialização em Portugal. Aqui referiremos apenas dois prolongamentos possíveis. Em primeiro lugar, os saberes e as técnicas industriais circularam através do mundo ocidental. A historiografia deu pouca atenção aos migrantes mais qualificados (engenheiros, industriais) e aos efeitos que eles tiveram em alguns sectores. No texto de Ana Carina Azevedo, o estudo da trajectória de

13 Robert Castel, *L'insécurité sociale. Qu'est ce qu'être protégé?*, Paris, Seuil, 2003, p.31.

14 Que também são estudadas por Miriam Halpern Pereira, “As origens do Estado-providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado”, *Ler História*, nº37, 1999, pp.45-61.

Sylvain Bessièrè, proprietário da fábrica da Telha e Tijolo do Arco do Cego, teria permitido compreender como a Organização Científica do Trabalho se difundiu através da Europa e foi implementada no contexto luso. Com efeito, os processos de racionalização do trabalho são transnacionais e é nesta perspectiva que podem ser cabalmente apreendidos<sup>15</sup>. Em segundo lugar, é necessário continuar uma história social do mundo do trabalho na qual a subjectividade dos trabalhadores é resgatada dos processos de invisibilização estudados nestes textos. Certas empresas, querendo legitimar-se com o peso do passado, financiaram estudos históricos. Uma história empresarial centrada nos donos das indústrias desenvolveu-se, com obras de uma qualidade científica variável. Nestas obras, os trabalhadores são muitas vezes ausentes. Assim, ainda desconhecemos muitos elementos essenciais da existência dos trabalhadores nos diferentes sectores produtivos. Esperemos que os trabalhos aqui apresentados, na continuidade de alguns trabalhos provenientes da história<sup>16</sup>, da sociologia<sup>17</sup> e da antropologia<sup>18</sup>, sejam prolongados e alimentem uma história social relativamente marginalizada no campo historiográfico português.

15 Ver por exemplo, Yves Cohen, *Le siècle des chefs. Une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890–1940)*, Paris, Amsterdam, 2013.

16 Por exemplo, Bruno Monteiro (dir.), *História social do Porto. Sociedade, política e Cultura no Estado Novo*, Porto, Deriva, 2011; Inês Brasão, *O tempo das criadas. A condição servil em Portugal (1940–1970)*, Lisboa, Tinta da China, 2012.

17 Por exemplo, Virgílio Borges Pereira (dir.), *Ao Cair do Pano: sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*, Porto, Afrontamento, 2012.

18 Por exemplo, Paulo Granjo, *«Trabalhamos sobre um barril de pólvora». Homens e perigo na refinaria de Sines*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

